



Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 2010

Solidariedade feminista internacional em ação





Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 2010

Solidariedade feminista internacional em ação

Sumário

Introdução.....	5
Documento 1: Manifesto das Mulheres pela Paz	6
Documento 2: Mensagem lida na inauguração do memorial às mulheres mártires da guerra, em Mwenga (RDC), 16 de outubro de 2010	9
Documento 3: Por que o Kivu do Sul, RDC?	13
Documento 4: Avaliação do evento de encerramento da Terceira Ação Internacional na província do Kivu do Sul, RDC	25
Documento 5: Informe sobre as atividades e ações realizadas em nível local, nacional, regional e internacional	40
Documento 6: O contexto sócio-político-económico.....	57

Introdução

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional enraizado em organizações de base. Acreditamos que é possível enfrentar as causas da nossa pobreza e da nossa opressão por meio da construção de uma solidariedade activa entre mulheres e homens. O ano de 2010 foi marcado pela nossa Terceira Ação Internacional. Milhares de mulheres em todo o mundo marcharam sob o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”

Os seis textos aqui apresentados documentam nosso ação de 2010.

A apresentação começa com o *“Manifesto das Mulheres pela Paz”*, que foi lido durante o evento de encerramento frente a 20.000 pessoas na praça central de Bukavu, Kivu do Sul, República Democrática do Congo (RDC). O manifesto retoma os valores da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, elaborada em 2005, e serviu como um elemento básico na ação de 2010 para a denúncia da crescente militarização do mundo e suas causas.

O manifesto é seguido pela *“Mensagem lida durante a inauguração do memorial às mulheres mártires da guerra em Mwenga”*, que relembra um momento muito emocionante da nossa jornada.

O terceiro texto, *“Por que Kivu do Sul, na RDC?”* destaca as razões por trás da escolha de encerrar nossa ação de 2010 em um país ainda sitiado e a realidade que as mulheres enfrentam na RDC.

O quarto documento, *“Avaliação do evento de encerramento da 3ª Ação Internacional em Kivu do Sul, República Democrática do Congo”*, compartilha as lições e os desafios de organizar um evento tão gigantesco, solidariedade feminista em ação!

O quinto documento apresenta as actividades organizadas pelas Coordenações Nacionais da MMM e grupos participantes, realizadas em 76 países ao redor do mundo em nível local, nacional, regional e internacional durante 220 dias e com a participação estimada de 80 mil homens e mulheres.

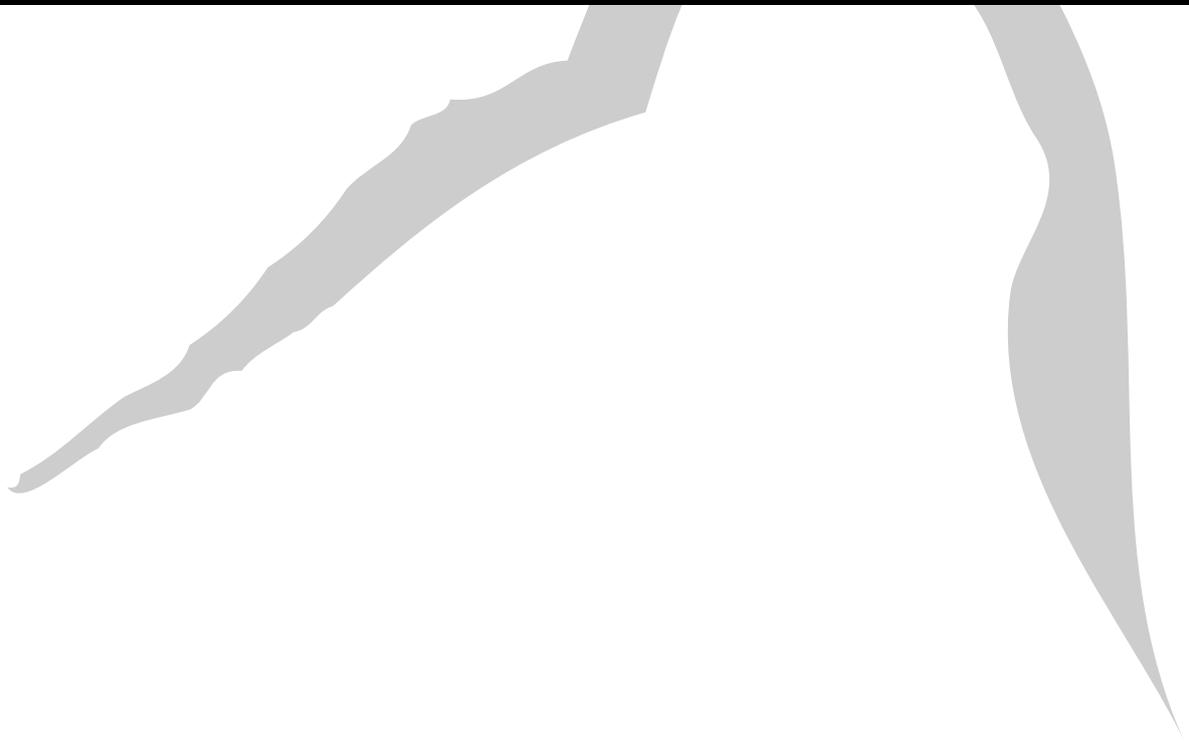
Concluimos a apresentação com um olhar sobre a *“Conjuntura sócio-político-econômica”* e os desafios para a nossa construção como um movimento permanente feminista e anti-capitalista, em preparação ao nosso 8º Encontro Internacional, que acontecerá em novembro de 2011, na cidade de Quezon, Filipinas .

Em solidariedade e luta feminista,

Nana Aicha Cissé e Wilhelmina Trout
Representantes da África no Comitê Internacional da MMM



Documento 1



Manifesto das Mulheres pela Paz*

Nós, mulheres que ao redor do mundo sofremos mais com a realidade cruel da guerra e que temos testemunhado a militarização assumir o controle da vida civil, dos nossos territórios e dos nossos corpos, ultrapassamos o medo e o silêncio e estamos marchando nos mesmos espaços que se tornaram campos de batalha, para unir as nossas vozes em nome da justiça e da paz.

A história de conflitos armados, genocídios e repressão é longa. A linguagem da violência, na raiz do capitalismo e patriarcado, e apoiada por companhias transnacionais, mercenários e forças paramilitares, resulta em guerras. Algumas destas guerras estão presentes na nossa mídia diária, enquanto que outras foram esquecidas há muito tempo. Mas o impacto e as consequências de todas elas são as mesmas.

As nossas experiências e os nossos testemunhos são semelhantes em diferentes partes do mundo. Mulheres e raparigas são molestadas sexualmente nos postos de controle militar, violadas por grupos de homens armados, para depois serem rejeitadas pelas suas próprias comunidades. As mulheres fogem das suas casas, debaixo dum céu de balas, carregando no seus ombros os seus bens e as suas crianças, movendo-se para abrigo ou um destino desconhecido, longe das suas culturas e histórias, com esperanças duma nova alvorada. Mulheres e raparigas são transformadas em botim de guerra, em alvo militar de grupos armados. Mulheres e raparigas ficam presas no tráfico ou na prostituição ou nunca voltam, acabando na lista das vítimas do feminicídio.

Temos mais do que razões suficientes para nos organizar e desafiar a violência que enfrentamos. Estamos fartas dos pretextos usados para justificar os conflitos militares tais como discriminação étnica ou racial e a criminalização da pobreza ou resistência contra a injustiça.

Temos a responsabilidade de silenciar as armas denunciando as falácias dos poderosos, que tentam paralisar-nos usando discursos falsos sobre a segurança, missões humanitárias e a guerra contra o terrorismo, enquanto que a indústria de armas, a instalação de bases militares e a privatização e destruição dos recursos naturais continuam aumentando.

Na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade declaramos que paz significa muito mais do que uma ausência de guerras, significa assegurar respeito pelos nossos direitos como habitantes deste planeta. Com estes objectivos e estas visões continuamos marchando, mãos unidas com mulheres e homens, movimentos sociais e povos do mundo que estão a trabalhar para eliminar a pobreza e violência e construir uma paz duradoura.

*Declaração lida no evento de encerramento da Terceira Ação Internacional em Bukavu, na província de Kivu do Sul, República Democrática do Congo (RDC)



Somos um movimento internacional feminista que surge e persiste através da ação. Grupos de mulheres e organizações de base em vários países dão vida à Marcha Mundial das Mulheres para denunciar, enfrentar e acabar com a opressão, a exploração e a discriminação a que nos submeteram.

Desde 8 de março de 2010, os nossos passos têm ressoado em 52 países. Milhares de dezenas de mulheres participaram em mobilizações nacionais baseadas em quatro campos de ação: a autonomia económica das mulheres, o bem comum e serviços públicos, a violência contra as mulheres, a paz e desmilitarização.

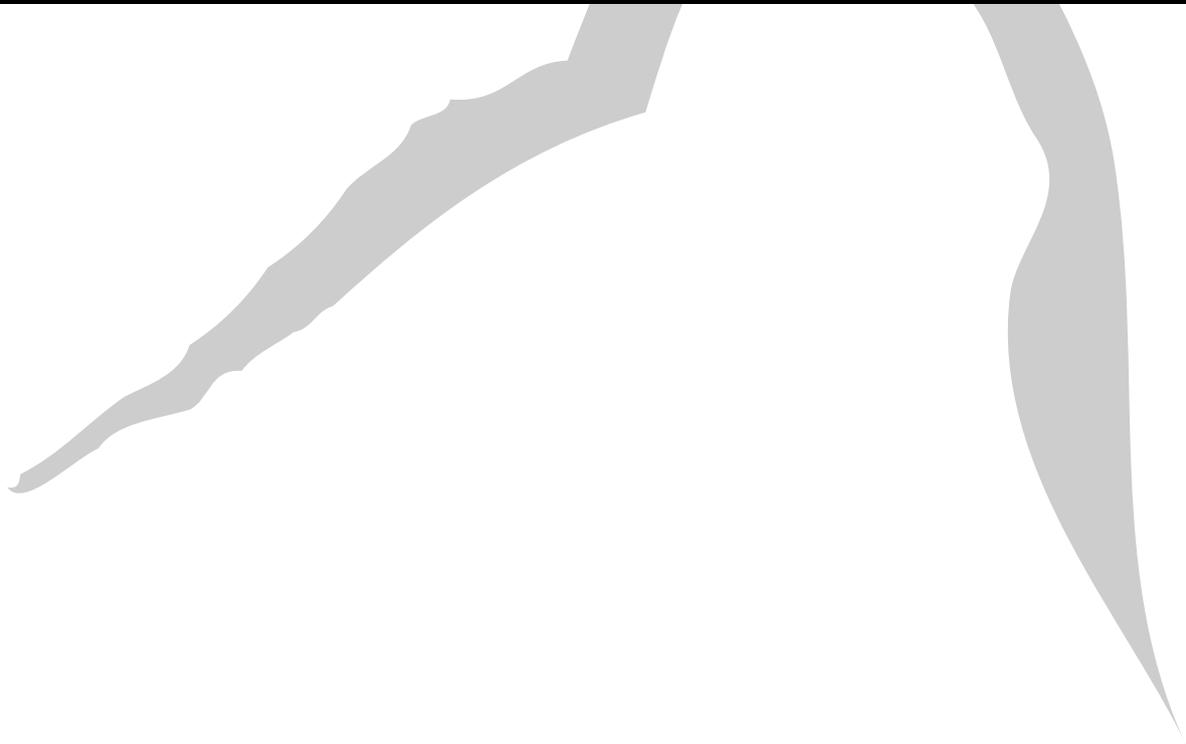
Hoje, 17 de outubro de 2010, chegamos em Bukavu, na província do Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, onde são comuns atos horrendos de violência sexual fato frequente na guerra que assola este país. É em solidariedade com as mulheres que diariamente resistem aos efeitos dos conflitos armados que escolhemos encerrar a nossa 3ª Ação Internacional neste país.

Em 2000, a nossa 1ª Ação Internacional como Marcha Mundial das Mulheres foi uma das iniciativas que levou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua resolução 1325, a admitir o impacto que as guerras têm nas mulheres e a incluir mulheres em processos de resolução de conflitos. Contudo, muitos governos e muitas instituições continuam negligentes e deixam a impunidade reinar.

Temos continuado e continuaremos em ação. A nossa solidariedade estende-se a todas as mulheres do mundo que são atacadas pela violência da guerra e pobreza. Continuaremos em movimento, não seremos silenciadas, estamos fortalecendo o nosso compromisso de continuar em marcha, unidas pelos cinco valores da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade: igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e paz.



Documento 2





Mensagem lida na inauguração do memorial às mulheres mártires da guerra, em Mwenga, 16 de outubro de 2010

Excelentíssima Sra. Esposa do Presidente da República
Sra. Ministra de Gênero, Família e Infância
Honoráveis convidadas e convidados
Queridas companheiras daqui e vindas de longe

Antes de tudo, permitam-me cumprir uma tarefa tão dolorosa: estamos aqui para perpetuar a memória de nossas companheiras congoleesas e, por meio delas, de todas as vítimas inocentes dos conflitos armados do mundo inteiro. Em sua memória e com vossa permissão eu peço um minuto de silêncio. Obrigada.

Hoje, neste território mártir de Mwenga, tenho a honra e a dura tarefa de exprimir, em frente a esta augusta assembléia, a mensagem das mulheres do mundo inteiro durante este momento, de uma só vez feliz e doloroso.

Feliz porque hoje é um grande dia para nós, mulheres do mundo. Pela terceira vez as mulheres de todos os continentes se encontram juntas, em um mesmo lugar, para celebrar sua solidariedade, intercambiar suas vivências e refletir com vistas a realizar ações comuns que possam mudar a vida das mulheres; e isto graças a este movimento mundial de solidariedade que é a Marcha Mundial das Mulheres.

Hoje é um grande dia para nós, mulheres, pois compartilhando com todos os setores sócio-políticos e culturais do mundo inteiro, nós reverenciamos a memória de 14 mulheres, que junto com um homem, inocentes, esperança de uma família, de uma comunidade, de toda uma Nação, foram enterrados aqui em outubro de 1999, ainda respirando o ar puro desta natureza resplandecente de Kivu, pelo desígnio de indivíduos sem dignidade, sem lei, sem fé nem moral.

Honoráveis convidadas,

O objetivo 5 da Marcha Mundial das Mulheres justifica nossa presença aqui. Eu cito: “Exercer pressão política sobre governos e instituições políticas multilaterais (por exemplo, ONU) para que efetuem as mudanças necessárias para melhorar as condições e a qualidade de vida das mulheres do mundo, incluindo uma política de desarmamento e de resolução pacífica dos conflitos, o fim de toda impunidade, da corrupção, da utilização do estupro como arma de guerra, das ocupações e da presença militar estrangeira, bem como a imposição de embargos políticos e econômicos.”

E também nossa « Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade », adotada em 10 de dezembro de 2004 em Kigali, anuncia em seu preâmbulo que se segue:

“Nós, as mulheres, há muito tempo marchamos para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres e para afirmar que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada do lucro produzem injustiças, guerras, ocupações, violências e devem acabar.

Das nossas lutas feministas e das lutas de nossas antepassadas de todos os continentes, nasceram novos espaços de liberdade para nós, para nossas filhas e filhos para todas as crianças que, depois de nós, caminharão sobre a terra.

Estamos construindo um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz.”

Este mundo, nós temos a força de criá-lo

Por esta Carta Mundial das Mulheres pela Humanidade nós reafirmamos que outro mundo é possível, um mundo repleto de esperança, de vida, onde se faz o bem viver.

A Marcha Mundial das Mulheres afirmou, no curso dos últimos anos, seu compromisso em favor da paz e seu rechaço da guerra e da militarização da sociedade. Ela trabalha para contribuir com a promoção de uma cultura de paz, de tolerância, da não-violência e de respeito aos direitos humanos, em particular aos das mulheres e das crianças.

Destruir os sistemas que perpetuam o medo da diferença, que alimentam o ódio à diferença e justificam a violência; denunciar os sistemas que produzem exclusão e aumentam a dominação, eis o que nos anima.



Honoráveis convidadas Senhores e senhoras

A paz vai muito além da ausência de guerra ou de armas em uma sociedade. A paz existe não somente quando os direitos das mulheres são reconhecidos na sociedade e quando as violências são erradicadas, mas também quando todas e todos têm acesso ao trabalho, à renda suficiente para se alimentar, morar, vestir-se, ter acesso a cuidados, se instruir e estar protegido na velhice.

A paz existe quando existe um sistema de justiça independente e íntegro que vela para que a impunidade não se perpetue. A paz se baseia em uma educação que menospreza a violência e os comportamentos machistas. Exige tolerância, diálogo, respeito à diversidade e solidariedade.

É esta forma de paz que nós queremos, não somente para a República Democrática do Congo, mas para todos os povos ao redor do mundo.

É por isto que:

- Nós condenamos com toda energia estes atos bárbaros, cruéis que são uma violação ao Direito Humano Internacional.
- Nós demandamos que os responsáveis sejam procurados e que a justiça seja feita para que estas almas inocentes repousem em paz e que suas famílias terminem seu luto que já dura demasiado.
- Nós demandamos reparação para as famílias das vítimas

Para terminar, nós chamamos à consciência, à razão e aos corações de todos para que juntos façamos nosso o slogan “Nunca mais!”

“Mulheres do mundo, mulheres de RDC, juntas, tudo é possível!”

Eu vos agradeço por vossa amável atenção

Nana Aicha Cissé



Documento **3**





Por que o Kivu do Sul, na República Democrática do Congo?*

Outubro 2010

A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) iniciou-se a 8 de março de 2010. Desde essa data foram realizadas ações nacionais em 52 países, envolvendo directamente mais de 38.000 mulheres que construíram plataformas nacionais em torno a quatro campos de ação: a autonomia económica das mulheres, o bem comum e serviços públicos, a violência contra as mulheres, e a paz e desmilitarização. No Paquistão, as mulheres foram para as ruas, mesmo depois de fundamentalistas terem explodido bombas para aterrorizar a população. No Mali, mulheres debateram a construção da paz e manifestaram-se em Gao, uma área de conflito armado. Na Grécia, elas realizaram manifestações contra a persistência de elevados dispêndios militares durante a crise financeira – num momento em que outros gastos públicos estão sendo cortados, denunciando a falta duma política pública em resposta aos níveis crescentes de desemprego (já elevados entre as mulheres). No Brasil, mais de 2.000 mulheres marcharam durante 10 dias sob a bandeira : “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”

Ao longo de 2010, foram organizadas três ações regionais, levando a debates e manifestações públicas. Na Ásia, mulheres de 10 países encontraram-se em Manila, Filipinas, e demonstraram contra a intervenção, o controle e a presença militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático. Na Europa, mulheres de 23 países juntaram-se em Istambul, Turquia, e proclamaram as suas demandas sob o lema “Mulheres, Paz, Liberdade”. Nas Américas, a MMM juntou-se com o Movimento Social de Mulheres contra a Guerra e pela Paz, na Colômbia, e outros movimentos populares para conscientizar e denunciar a realidade do conflito colombiano e protestar à frente da Base Militar de Palenquero, uma das sete onde os Estados Unidos querem instalar operações para ganhar o controle geopolítico da região.

Estes diferentes processos inspiradores chegarão ao fim em Bukavu, na província do Kivu do Sul, na República Democrática do Congo (RDC). Decidimos agir ali primeiro como uma expressão de solidariedade com as mulheres que resistem no dia a dia num contexto de conflito armado, particularmente as mulheres do leste da RDC. Mas também estamos a viajar para Bukavu para continuar as nossas discussões e para reafirmar a nossa contínua denúncia da crescente militarização do mundo: a crescente militarização é um

*Texto preparatório ao evento de encerramento da Terceira Ação Internacional, outubro de 2010

instrumento que sustenta o patriarcado em seus laços com o capitalismo e o racismo.¹ Durante a nossa ação, deparámo-nos com inúmeros exemplos das formas em que esses laços são vinculados. Na Coreia, as bases militares dos EU estão rodeadas por casas de prostituição, particularmente envolvendo mulheres migrantes das Filipinas e da Rússia. Os corpos das mulheres são usados para o prazer dos “visitantes”, que mantêm uma posição de autoridade e controle sobre as populações locais. Na Colômbia, os paramilitares e o exército alimentam as ilusões das jovens de que estão protegidas por um amante em uniforme para extraírem informações ou simplesmente para terem alguém que lhes prepare as refeições. Na Turquia, os nacionalistas tratam aqueles que se recusam a fazer serviço militar como inimigos ameaçando violar as suas mães. O reconhecimento dos vínculos entre a exploração econômica e a violência racista e sexista, que afetam as vidas de milhões de mulheres ao redor do mundo, como fica ilustrado por estes exemplos, constitui a base fundamental para identificar alternativas directas.

A RDC é o lar de um número de organizações locais de mulheres. Contudo, o diálogo entre elas é complicado: o país é vasto, encontros incorrem em despesas elevadas, e os problemas são muitos. Estes problema são uma consequência dos conflitos armados, que têm múltiplas repercussões na sociedade, criando tensões e violações sérias dos direitos humanos. O movimento das mulheres não está isento destas questões.

As mulheres da RDC têm propostas para o seu país, enraizadas nas suas lutas quotidianas. O nosso objectivo é fortalecê-las para que assim o seu trabalho possa vir a ser concretizado, assegurando uma vida com justiça, liberdade e igualdade para as mulheres e para toda a população. Um dos resultados antecipados da nossa ação de encerramento em Bukavu é a reunião de mulheres de províncias diferentes da RDC, para chegarem a um acordo sobre uma plataforma com suas demandas nacionais. As mulheres da RDC irão reunir-se também para encontrar formas de trabalhar juntas e de construir uma Coordenação Nacional da MMM como um movimento permanente.

Os conflitos na RDC não podem ser resolvidos sem levar em consideração os países vizinhos. Estamos confiantes que o trabalho conjunto das organizações de mulheres nos países na Região dos Grandes Lagos da África irá criar uma base sólida para o diálogo e a unidade entre os povos da região. Após a Ação Internacional 2000 da MMM, cinco coalizões de grupos de mulheres em Burundi, na RDC (Kivu do Norte e do Sul) e em Ruanda decidiram trabalhar juntas para a paz na Região dos Grandes Lagos, via o envolvimento das mulheres. Assim nasceu a COCAFEM-GL (Colectivo de Associações Trabalhando para a Promoção das Mulheres na Região dos Grandes Lagos da África). Em 2000, elas adotaram uma plataforma compartilhada demandando:

- “O reconhecimento das mulheres como parceiras na busca da paz na sub-região dos Grandes Lagos da África;

1. Mais informações estão disponíveis na website da Marcha Mundial das Mulheres: <http://www.marchemondiale.org/themes/paix/es>.



- “O estabelecimento de mecanismos para identificar as redes de comercialização de armas, e para prevenir e pôr fim aos conflitos que estão devastando a sub-região dos Grande Lagos da África;
- “Dizer Não! aos países que se escondem por trás dos interesses económicos que põem a sub-região dos Grandes Lagos da África em sangue e fogo.;
- “O estabelecimento de mecanismos adequados para condenar e punir todos os crimes cometidos na sub-região dos Grande Lagos da África;
- “A adoção de medidas para o cancelamento da dívida, para programas para a reabilitação socioeconômica nos países da sub-região dos Grande Lagos da África, sem a imposição de condições adicionais;
- “A revisão da legislação nacional e internacional e a elaboração de mecanismos para sua execução com o objectivo de eliminar toda a desigualdade baseada no género;
- “Consideração da prevenção da SIDA como uma prioridade máxima na sub-região dos Grande Lagos da África.”

Esta plataforma pode ser usada como um ponto de partida e como uma referência para as mulheres doutros países. Temos esperança que a nossa ação também seja uma ocasião para encontros entre as mulheres da RDC, do Ruanda e do Burundi, assim como aquelas da República Central Africana, da Uganda e do Quênia, onde uma nova Coordenação Nacional da MMM já está muito ativa e comprometida com as mulheres mais pobres.

Em Bukavu, também iremos trocar experiências entre mulheres que vivem noutros países e que estão lutando contra diferentes formas de militarização. Isto será um momento oportuno para aprofundar análises, tomando como ponto de partida as demandas e os compromissos que definimos para os nossos quatro campos de ação, particularmente sobre o tópico da paz e da desmilitarização, durante o 7º Encontro Internacional da MMM.

A análise seguinte é ao mesmo tempo uma visão externa e a expressão das lições que nós, como ativistas da MMM, estamos a aprender quando compartilhamos lutas e debates com as nossas companheiras congoleesas. Este texto foi desenvolvido para nutrir os nossos debates em Bukavu e em outros locais, particularmente em países onde ações simultâneas de solidariedade irão ser realizadas no dia 17 de outubro de 2010.

O texto explica a visão da MMM em âmbito internacional e não substitui a elaboração duma plataforma nacional da RDC, nem atualizações da plataforma das mulheres da região dos Grande Lagos. Foca-se em três questões chaves: a prevenção e a luta contra a violência contra as mulheres; a retirada gradual das tropas da Monusco (missão da Organização das Nações Unidas para a estabilização na RDC) e o papel do exército congolês, e a autodeterminação do povo congolês no que diz respeito ao uso dos recursos naturais do seu território. É complementado pelo texto preparado pelo Comité para a Abolição da

Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), uma das organizações aliadas da MMM, sobre a questão da eliminação da dívida da RDC.

A violência contra as mulheres

A violência sexual tem-se tornado tão difundida durante o conflito na RDC que a violência contra as mulheres tem sido designada como um dos traços característicos desta guerra. Tem havido reportagens de violações das mulheres e de raparigas jovens em massa por quadrilhas na Serra Leoa, na Ruanda, na Libéria, nos países Balcãs, em Uganda e no Sudão. Mas na RDC o estupro coletivo é usado sistematicamente como uma arma de guerra, por todos os protagonistas armados.

Os casos de violência sexual são sempre difíceis de serem relatados e os dados são invariavelmente subestimados. As Nações Unidas reportam 27.000 casos de violação na RDC em 2006. O Comité Internacional de Resgate (International Rescue Committee) registrou 40.000 violações na província do Kivu do Sul entre 2003 e 2008. Mais recentemente, reportagens dum único ataque no território de Walikale, Kivu do Norte, na noite de 30 de julho, estimam que mais de 300 mulheres foram violadas, algumas delas mais que uma vez.

Um estudo de mulheres tratadas no Hospital Panzi em Bukavu é um retrato da violência sexual na província de Kivu do Sul². Estas são mulheres de todas as idades e de todos os grupos étnicos, na maioria das áreas rurais. A maioria das violações foram perpetuadas por homens em uniforme, em situações de estupros coletivos, perto ou mesmo dentro dos lares das vítimas, à noite.

Os atacantes vêm para pilhar e violam as mulheres para subjugar as comunidades para que estas não reajam nem os denunciem. Outra das intenções da violência é desorganizar a vida comunitária, forçar o desalojamento das comunidades ou para que concordem trabalhar sob condições de trabalho escravo.

Os ataques relatados são assustadores: a inserção de objectos estranhos nas vaginas das mulheres é uma prática comum, tais como armas que são disparadas dentro dos corpos das mulheres. Pais são forçados a violar as suas filhas; irmãos são forçados a violar as suas irmãs. Mulheres jovens são raptadas e usadas como escravas sexuais até que a comunidade pague pela sua libertação.

As mulheres chegam ao Hospital Panzi após terem contactado ONGs ou organizações de mulheres. Entre as mulheres admitidas no hospital, 37,4% pediram apoio três anos depois de terem sido vítimas da violência. Algumas delas estão ali porque necessitam de reconstrução genital ou pélvica. A estigmatização das mulheres violadas é muito

2. Harvard Humanitarian Initiative e Oxfam International: "Now, the World is without Me": An Investigation of Sexual Violence in Eastern Democratic Republic of Congo. Mimeo, April 2010. (Iniciativa Humanitária de Harvard) e Oxfam Internacional: "Agora, o Mundo está sem Mim". Uma investigação da Violência Sexual no Leste da República Democrática do Congo. Mimeo, Abril 2010.



pronunciada, ou pelas suas comunidades ou pelos seus próprios maridos, que depois as abandonam com receio de represálias.

O estudo revela também um aumento pronunciado na violação por civis; isto demonstra como a violência sexual contra as mulheres se tem tornado comum.

Um número de grupos de mulheres e de ONGs estão a trabalhar para impedir a violência contra as mulheres. A Comissão Provincial do Kivu do Sul para Prevenir a Violência Sexual (CPLVS) reúne 155 ONGs locais e mais de 10 ONGs internacionais que apoiam este trabalho. De acordo com uma das mulheres que recebe o seu apoio, “as benfeitoras fornecem ajuda em múltiplas formas: elevam a nossa moral, facilitam a atividade econômica uma vez que voltamos para as nossas comunidades, pagam pelo tratamento médico para mulheres doentes que foram violadas, e acompanham os casos legais de vítimas que apresentam queixas.”³ Mas os seus esforços são insuficientes em face da escala do problema. O Hospital Panzi, por exemplo, tem 334 camas, incluindo 200 para casos de violência sexual – e está preparado para admitir 10-12 casos novos cada dia. No entanto, a demanda real é muito maior. Outros hospitais gerais de referência não recebem apoio, apesar da sua maior proximidade às vítimas e da sua capacidade de darem tratamento às mulheres dentro de 72 horas dum ataque.

Os recursos têm que aumentar substancialmente em todos os níveis – desde o contacto com as mulheres nas suas comunidades até às primeiras conversações com profissionais especializadas em maisons d’écoute et d’alerte (centros de apoio e alerta especializados) e nos centros médicos. Os serviços prestados pelas organizações de mulheres na região do Kivu do Sul e na RDC deveriam ser reforçados, e o trabalho das ONGs internacionais tem que ser muito enraizado nas necessidades das organizações locais. Além disso, os serviços prestados pelo estado congolês têm de ser criados e fortalecidos, levando em consideração a experiência e o trabalho de grupos de mulheres na base.

A ajuda para as mulheres que sofrem da violência tem que ser fornecida de tal forma que elas não sejam somente vistas como recipientes passivas, mas como protagonistas ativas das suas próprias vidas. O quanto mais possível as mulheres não deviam ser limitadas ao papel de vítimas em situações de conflito armado. Pelo contrário, elas deviam tornar-se atrizes colectivas da mudança social, para que todas possam viver livres de todas as formas de violência.

Organizações de todas as regiões em conflito – incluindo a Região dos Grandes Lagos – estão a trabalhar ativamente para promover a Resolução 1325, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano 2000, sobre o papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz.⁴ A Cláusula 10 “exorta todas as partes em conflitos armados a tomarem medidas especiais para proteger mulheres e raparigas

3. Thaddée Hyawe-Hinyi: Sud-Kivu: les femmes violées rapportent gros aux Ong. Grands Lacs Agence de Presse (www.syfia-grands-lacs.info, French only).

4. Acesso 'online': http://www.un.org/events/res_1325e.pdf.

da violência baseada no género, particularmente da violação e de outras formas de abuso sexual, e de todas as outras formas de violência em situações de conflitos armados.” O coletivo da MMM em Gaspésie, Quebec, propôs uma campanha para que a aplicação da Cláusula 10 seja juridicamente vinculativa, com prazos associados⁵.

Todo este trabalho é necessário e importante. Porém, temos que manter em mente que embora o Conselho de Segurança tenha adotado seis resoluções (entre 2000 e 2009) sobre a participação das mulheres na resolução de conflitos e na prevenção da violência que elas sofrem (Resoluções 1325, 1612, 1674, 1820, 1882 e 1888), os conflitos armados persistem, com grandes perdas de vidas humanas e um sofrimento tremendo entre as populações civis, incluindo a violência contra as mulheres, levando-as ao empobrecimento e ao exílio.

Temos que evitar uma interpretação que limita a participação das mulheres na resolução de conflitos a um simples aumento do número de mulheres nas missões militares das Nações Unidas. Hoje em dia, as mulheres constituem 8% dos participantes nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, o objectivo é atingir 20% até 2014. Imagens de mulheres em boinas azuis são parte das últimas campanhas de informações relacionadas com a participação das mulheres na resolução de conflitos, publicadas nos ‘websites’ (sites) das organizações multilaterais.

Infelizmente não há uma ligação direta entre as resoluções das Nações Unidas e a redução do número de conflitos ou a perda de vidas humanas que estes causam. Apesar deste facto, não é raro ouvir declarações que os combatentes armados raptam e violam porque não têm conhecimento dos tratados e das resoluções das Nações Unidas que consideram tais ações como crimes sérios.

Em âmbito intergovernamental, documentos, acordos e projectos, reconhecem a necessidade de recursos humanos e financeiros (como apoio direto às populações), particularmente quando são lançadas ações ofensivas. Estes recursos são, porém, residuais, muito menores do que aqueles para reforçar ações militares para desarmar grupos rebeldes. O nosso objectivo é evitar a violência. Que sistemas de alerta e inteligência deveriam ser estabelecidos para monitorar os movimentos de grupos rebeldes e impedir a sua chegada inesperada nas comunidades? A população tem os seus próprios sistemas, tais como dormir no mato nos piores momentos dos conflitos. A experiência das ONGs e de grupos de mulheres na base, em contacto directo com mulheres nas suas comunidades, é essencial para a criação de tal sistema de alerta. As experiências doutros países podem também ser examinadas, para sugerir o que pode ou não ser bem sucedido na prevenção de violações em massa. Na Colômbia, por exemplo, foi criado um Sistema de Alerta Precoce para organizar informações em âmbito local e mobilizar melhor respostas preventivas rápidas e proteger as comunidades em situações de conflito armado. Por um lado este tipo de mecanismo mostra a importância da participação de redes de base e de organizações locais na prevenção da violência. Por outro lado, este tipo de iniciativa perde seu sentido se as informações obtidas são usadas em uma lógica estritamente militar.

5. “Bâtir un monde de paix,” acessível na www.femmesgim.qc.ca (somente em francês).



O desarmamento, a soberania e a paz duradoura: O papel da Monusco e do exército nacional (FADRC).

Baseadas nos testemunhos das mulheres e nas suas avaliações sobre os conflitos e os esforços de paz que afetam as suas vidas, definimos como um dos objectivos da nossa ação um reexame crítico da presença das forças de paz da ONU em situações de conflito. Esta crítica leva em conta a ineficácia desta presença para obter paz e ressalta a impunidade gozada pelas forças das Nações Unidas quando elas próprias cometem a violência contra as mulheres.

A MMM está presente em 9 países onde há missões de estabilização das Nações Unidas (no Haiti, no Sara Ocidental, na Costa de Marfim, na RDC, no Sudão, no Chipre, na Índia/Paquistão e, mais recentemente, um grupo de contacto no Afeganistão). As nossas companheiras no Haiti, em particular, têm uma reflexão crítica sobre a presença das tropas da ONU (MINUSTAH), as quais elas definem como uma força de ocupação.

No caso da República Democrática do Congo, durante uma oficina em outubro de 2009 em preparação para a nossa ação em Bukavu formulamos o objectivo das ações da MMM a respeito do conflito: que a República Democrática do Congo tenha uma paz duradoura, que começa pela desmilitarização do Leste da RDC e a saída progressiva e concertada da Monusco (a ex-Monuc).

A Monuc (Missão das Nações Unidas no Congo) estabeleceu a sua presença no país no ano 2000. O conflito na região persiste, assim como persiste a violência contra as mulheres como uma arma de guerra. O orçamento da missão para o período de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2010 era de US\$ 1,35 bilhões, quase tanto quanto o orçamento do governo da RDC (aproximadamente US\$ 1,8 bilhões em 2009). A sua presença também tem afectado a economia local, em particular com a distorsão provocada pelos salários em US\$ e a degradação de vias públicas pela circulação intensiva de veículos. Isto sem mencionar que a maioria dos gastos, tais como em combustível, são feitos em Uganda, o centro logístico da Monuc, e que o financiamento da Monuc é gerido por instituições financeiras externas.

O governo da RDC pediu que a retirada da Monuc seja completada no ano em que se comemora o quinquagésimo aniversário da independência do país. O resultado dessas negociações foi um acordo sobre a redução de 2.000 soldados nas tropas e a criação duma nova missão – um acrônimo que agora incorpora a palavra “estabilização” – que reconhece formalmente o papel do governo nacional e a soberania do país. O orçamento anual não diminui. O orçamento aprovado para o período entre 1º de julho de 2010 e 30 de junho de 2011 é de US\$ 1,369 bilhões. Esta nova missão pode ter um efetivo máximo de 17.745 militares, 760 observadores militares, 391 agentes policiais e 1.050 membros de unidades policiais incluindo funcionários judiciais e penitenciários, além do pessoal civil⁶.

6. Informações disponíveis no: www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A/C.5/64/19&TYPE=&referer=/french/&Lang=E.

As nossas companheiras no Congo consideram que a retirada das forças das Nações Unidas não pode ocorrer sem o reforço do exército nacional congolês. Esta é uma questão complexa: há várias opiniões entre os diferentes grupos que participam na MMM no que diz respeito ao papel dos exércitos nacionais. O nosso texto comum sobre a paz e a desmilitarização afirma que “a instituição militar contribui de várias formas no treino de homens jovens para ocuparem uma posição dominante na sociedade (na hierarquia das relações sociais entre os sexos).” Nós consideramos o exército como sendo uma das organizações mais patriarcais em todas as sociedades, e uma das quais em que as desigualdades que caracterizam as relações entre os homens e as mulheres são mais flagrantes: hierarquia, dominação, e o culto do poder do “líder”, obediência, violência física, falta de pensamento crítico, círculos exclusivos de homens, etc.

Contudo, as análises feitas pelos grupos de mulheres na RDC concluíram que a República do Congo precisa completar a integração das diferentes facções militares existentes num exército nacional de profissionais, com acesso aos recursos necessários para proteger o país e preservar a soberania nacional. O problema levantado pelas nossas companheiras congolezas não é somente específico do contexto da RDC. Perguntas sobre a criação e o reforço dos exércitos nacionais, ou até mesmo os problemas decorrentes na hipótese da sua dissolução, estão todos ligados com questões de territorialidade e soberania. No Haiti, por exemplo, há grupos de mulheres que sustentam que a dissolução do exército pelo Presidente Aristide foi uma decisão problemática. No cruzamento de interesses económicos e geopolíticos internacionais a presença de tropas militares estrangeiras continua e se justifica frente à opinião pública internacional pela ausência dum exército nacional haitiano.

Entre nós, ativistas da MMM, o nosso compromisso é apoiar o trabalho das mulheres congolezas para obter uma melhor organização do exército nacional – com remuneração das tropas, transparência, responsabilização, e punição em casos de atos de violência serem cometidos, lutar para prevenir o uso da violência contra as mulheres como uma arma de guerra e uma prática comum na sociedade – assim como contra a militarização da vida civil. Nesta proposta, o exército não deveria estar envolvido em educação, saúde, apoio social e humanitário, ou em mineração, serviços que deveriam ser realizados por civis.

Os recursos destinados à Monusco deviam permanecer no país, não só para equipar o exército mas também para serviços públicos tais como educação e saúde, e para a criação de infraestruturas, de comunicação e transporte.

Têm que se manter sempre abertos canais para negociação, integração e reconciliação, particularmente com os países vizinhos. Nas fronteiras, os povos diferentes estão constantemente envolvidos em trocas culturais e económicas, e mantêm até mesmo laços emocionais. Diálogo, justiça e a existência de condições materiais necessárias para uma vida decente são as bases para uma segurança estável.



Natureza: o bem comum do povo

O Congo é um país muito rico. Por exemplo, tem reservas de ouro, diamantes, cobre, cobalto, e coltan (uma combinação de columbita e tantalita). Coltan refinado é um condutor de alto desempenho usado em telefones celulares, em computadores portáteis e outros equipamentos eletrônicos. O Congo tem 64% das reservas mundiais de coltan, com as minas concentradas na região de Kivu.

58,9% do território da RDC está coberto pela segunda maior floresta tropical do mundo, a Floresta da Bacia do Congo. O Estado é dono de 80% da floresta, a qual é a fonte de subsistência mais importante (alimentos, energia, abrigo e remédios) para mais de 60% da população. O Congo também é rico em água potável.

A receita do petróleo representou 8% da receita total no orçamento de 2009. Durante o primeiro semestre de 2010 a receita do petróleo já ultrapassou o total para 2009, graças ao aumento no preço por barril. Nas áreas de mineração e hidrocarbonetos, a receita arrecadada, incluindo bônus e participações, totalizou 10% da receita total. Financiamento de projetos forneceu outros 18%.

A imprensa internacional e local cita a cobiça de todos os outros países pelas riquezas do Congo, o que tem sido uma fonte de conflito e sofrimento para o povo congolês vivendo em condições de muita pobreza. Esta cobiça foi um aspecto chave da história da colonização pela Bélgica e nas suas relações com os EU durante a Guerra Fria. Na altura do quinquagésimo aniversário da sua independência, a dívida tornou-se a nova forma do colonialismo.

O acordo concluído entre a RDC e a China em 2008 estabelece concessões para a mineração de cobre e cobalto e para o investimento dos recursos necessários em minas e infraestrutura em troca de um total de US\$ 9 bilhões. O FMI pressionou o governo congolês a rever este acordo, afirmando que o mesmo aumentaria o endividamento do país. Aparentemente, a operação era para reduzir os riscos dos credores do Norte; nada foi dito acerca dos direitos do povo a serviços públicos, sacrificados em nome do pagamento da dívida. Em 2009, quando a crise econômica devastava o mundo, a RDC pagou US\$ 170 milhões em juros sobre a dívida ilegítima contratada pelo seu ex-ditador, Mobutu. A revisão do acordo em 2009 diminuiu a quantidade de investimentos pela China, mas manteve a concessão para a extração de 10 milhões de toneladas de cobre e 600.000 toneladas de cobalto, como estipulado originalmente.

Foi precisamente durante estas negociações que governos europeus (particularmente o alemão e o britânico) e o dos EU, assim como companhias desses países, juntamente com órgãos multilaterais tais como a OCDE, intensificaram debates e iniciativas sobre a transparência na exploração e no comércio dos recursos naturais.

Estas iniciativas tomaram a forma de mecanismos que pretendem traçar as origens dos minerais e certificar quanto à não implicação de grupos armados e garantias sob condições de trabalho e impacto ambiental. O controle da cadeia da produção mineira é uma das

maiores fontes de financiamento para os grupos armados, e assume diversas formas: exploração direta das minas, cobrança de percentagem aos trabalhadores e mineiros artesanais, transporte, pedágios informais cobrados em estradas controladas pelas armas. Estimativas indicam que grupos armados arrecadaram receitas de mais de US\$ 180 milhões em 2009, graças ao comércio de minerais. No ano de 2008, por cada 5.000 kg de ouro produzido na RDC somente 122,5 kg foram exportados legalmente.

As iniciativas dos países e das companhias do Norte têm sido desenvolvidas com diferentes graus de interação com o governo congolês e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (*International Conference on the Great Lakes Region - ICGLR*)⁷, um órgão com foco na integração e na promoção da paz, trabalhando em parceria com as Nações Unidas, a União Africana e outros Estados.

Nos Estados Unidos, ONGs liberais tais como ‘*Center for American Progress*’ (Centro para o Progresso Americano), ‘*Enough Project*’ e o grupo feminista ‘*V-Day*’ exerceram pressão significativa para o desenvolvimento de um regulamento garantindo produtos minerais “sem-conflitos”.

A *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* (*Lei de Defesa do Consumidor e de Reforma de Wall Street de Dodd-Frank*), assinada pelo Presidente Barack Obama no dia 21 de julho de 2010, incluiu uma emenda sobre minerais e o conflito no Congo. A partir de 2011, companhias terão que declarar se usam minerais de conflito e se o fizerem, no caso da RDC deverão esclarecer que medidas tomaram para assegurar que os minerais são produzidos legalmente, sem a interferência dos grupos armados. USAID é responsável por desenvolver uma estratégia para abordar a relação entre grupos armados, minerais de conflito e direitos humanos.

A capacidade do Estado congolês responder as estas iniciativas e pressões e a sua necessidade de afirmar a sua integridade territorial são as questões centrais. No dia 13 de setembro de 2010, após o anúncio pelo Presidente Joseph Kabila durante a sua visita a Goma, o Ministro das Minas anunciou a suspensão das concessões para todas as atividades mineiras em Kivu do Norte, em Kivu do Sul e em Maniema.

Por sua vez, as ONGs pediram às companhias que cumprissem com um sistema novo: o processo de ‘*rastreamento-auditoria-certificação*’ (*trace-audit-certify process*), que requer que as companhias sejam capazes de traçar a origem e o percurso dos minerais que usam e de certificar que uma verificação digna de crédito e independente ocorreu, para proporcionar aos consumidores acesso a itens eletrônicos que não são produto do conflito armado.

Mas o facto dum sistema de verificação ser externo não assegura que seja necessariamente de confiança. Ao redor do mundo, a USAID é conhecida como um instrumento do imperialismo dos EU. Nem as transnacionais mineiras que fazem estas verificações no

7. Os Estados Membros da *ICGLR* são: Angola, Burundi, Republica Central Africana, Congo, Republica Democrática do Congo, Quênia, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.



terreno são modelos da transparência ou de respeito pelos direitos humanos. O povo congolês – especialmente as mulheres, que sofrem as consequências mais severas da guerra e da violência, agravadas pela exploração das riquezas naturais – é muito mais capaz de avaliar o processo de produção mineral na RDC. As mulheres congoleesas são quem deveria pronunciar-se sobre as questões em torno da presença de grupos armados e das companhias estrangeiras nestas atividades e quem deveria avaliar o impacto ambiental e social deste fenómeno. Mas as experiências e propostas das mulheres não se encaixam nos formulários de contabilidade das grandes companhias.

A certificação também desafia o acesso do povo congolês à floresta quando se iniciam projetos para instalar mecanismos de REDD (Redução de Emissões por Degradação e Desflorestação). Os mecanismos de REDD são baseados na ideia absurda que o comércio de “direitos de poluição” pode compensar o modelo de consumo e desperdício praticado pelos países do Norte. Mesmo que, desde o início, se suponha que estes projectos serão financiados por recursos públicos e do Banco Mundial, uma estrutura financeira está a ser estabelecida para futuros mercados de carbono, baseada na transformação das florestas em mercadoria (*commodities*). O objetivo desta política não é resolver o problema da mudança climática, mas sim gerir o desastre ambiental de forma a otimizar os lucros dos investidores internacionais.

Além disso, projectos privados de reservas florestais provavelmente irão agravar os desalojamentos forçados, as violações dos direitos dos povos nativos, e as restrições de acesso às florestas pelos povos. Por exemplo, os pigmeus da floresta Ituri, no nordeste do Congo, estão agora a lutar contra o seu desalojamento pela exploração selvagem das madeiras e pela plantação de cacão em áreas onde eles foram os primeiros habitantes. As florestas nas quais os povos nativos desenvolveram o seu modo de vida e o seu conhecimento estão ameaçadas de se tornarem mercadorias (*commodities*) ambientais num mercado internacional alimentado pelas políticas de REDD.

O açambarcamento de terras por investidores estrangeiros está a aumentar como resultado de grandes projetos para estabelecer plantações da palmeira africana para a produção de agrocombustíveis. Companhias chinesas e italianas já anunciaram planos para plantações enormes cobrindo 70.000 a 1 milhão de hectares.

Para uma discussão mais aprofundada

A realidade da República Democrática do Congo é muito mais complexa do que possivelmente pode ser indicada num texto escrito por mulheres que vivem noutras partes do mundo. No entanto acreditamos que uma perspectiva de fora pode ser útil, pois este ponto de vista está impregnado com as nossas próprias experiências e lutas vividas, que têm muitas semelhanças com aquelas das nossas companheiras no Congo – porque hoje em dia o patriarcado, o capitalismo e racismo continuam a ser sistemas hegemónicos ao redor do mundo.

Temos que atuar sobre as causas da violência contra as mulheres. Acreditamos que em primeiro lugar isto requer a resolução do conflito armado e uma transição para o uso das riquezas naturais pelo seu povo.

Grupos de mulheres na RDC, associações sem fins lucrativos, ONGs e grupos de base estão a trabalhar intensamente para apoiar as mulheres que são vítimas da violência e para lutar contra a impunidade dos perpetradores. Elas têm propostas para seu país, como demonstram os vários movimentos sociais activos no Congo.. Temos esperança que a nossa visita a Bukavu seja marcada pela solidariedade com as mulheres, e igualmente com todas e todos que estão lutando para libertar todos os territórios e os seus povos da opressão e violência, para se estabelecer a justiça e a paz.

Anexo: Demandas e compromissos da MMM relativos à paz e desmilitarização

Frente à luta contra a desmilitarização, demandamos:

- A redução dos gastos militares, i.e., a redução de orçamentos públicos usados para a compra de armas e instalação de bases militares, manutenção de exércitos e as suas infraestruturas. Fim dos incentivos para a produção e o comércio de armas;
- O fim imediato de acordos sobre bases militares estrangeiras;
- A retirada de tropas de países onde o conflito terminou ou onde os acordos militares chegam ao fim;
- O fim da criminalização do protesto, movimentos sociais, pobreza e imigração, justificada pela manipulação ideológica da luta contra o terrorismo e em favor da segurança nacional, para assim legitimar o uso da guerra e do terror para controlar as mulheres, os povos e os recursos naturais.
- A punição dos perpetradores da violência contra as mulheres em situações de conflito (exércitos, paramilitares, guerrilha, os boinas azuis da ONU, assim como maridos e familiares);
- A participação das mulheres (com uma importância igual à dos homens) na prevenção de conflitos e em processos de manutenção da paz e de construção pós- conflito.



E comprometemo-nos a:

- Denunciar o papel da indústria de armas na manutenção dos conflitos e da militarização e na sua manipulação das políticas dos governos para este fim, assim como governos e companhias transnacionais que lucram economicamente com os conflitos (controle de recursos naturais – petróleo, água, minerais, entre outros) nos seus próprios territórios ou nos territórios de outros;
- Realizar um processo amplo de educação popular com as mulheres em torno a temas tais como acordos de bases militares, os recursos naturais de territórios/países, razões econômicas e políticas de conflitos, a participação de países que apoiam ou produzem/ fomentam guerras, e a indústria das armas, etc. E também preparar as mulheres para contribuírem com a quebra do código de silêncio em torno da violência sexual e outras formas de violência em zonas de conflito;
- Divulgar a realidade dos países e das regiões em conflito, incluindo conflitos ‘escondidos’ ao redor do mundo, e a violência dupla extrema (violação e rejeição) sofrida pelas mulheres nestas situações divulgando informações textuais e audiovisuais (tais como filmes, fotografias e audios) e organizando eventos e outras atividades, com o objectivo da MMM atuar como uma Rede de Alerta capaz de aprofundar a reflexão e motivar a ação urgente frente e em apoio aos atores envolvidos em um conflito;
- Reexaminar criticamente a presença das ‘forças da paz’ da ONU em situações de conflito – baseando-nos nos testemunhos de mulheres vítimas e protagonistas da paz – em vista da sua passividade, ineficácia em promover a paz e a impunidade que gozam como perpetradores de violência contra as mulheres.



Documento 4





Avaliação do evento de encerramento da Terceira Ação Internacional na província do Kivu do Sul, RDC*

Este documento é o resultado duma avaliação realizada pelo Comité Internacional (CI) e Secretariado Internacional (SI) da MMM entre novembro e dezembro de 2010. A avaliação é complementada por documentos enviados antes do evento de encerramento: o texto para debate “A Marcha Mundial das Mulheres e o evento de encerramento da 3ª Ação Internacional na RDC” (*Por que o Kivu do Sul, na RDC?*) e o “Manifesto das Mulheres pela Paz”; assim como partes relevantes de relatórios dos encontros do Comité Internacional em Bukavu (antes, de 9 a 12 de outubro, e após o evento, a 18 de outubro), que se relacionavam com a mobilização, programa, comunicação e avaliação; e o Boletim “A Marcha em Ação”, n.º 7. Esta avaliação está organizada em seis partes:

- Um primeiro olhar sobre as nossas conquistas;
- Os desafios na organização dum evento em grande escala num país em conflito;
- A relação entre dinâmicas locais, nacionais e internacionais;
- A relação entre movimentos, partidos políticos, governos, as Nações Unidas e as grandes ONGs internacionais;
- Lições e desafios logísticos;
- Seguimento.

Um primeiro olhar sobre as nossas conquistas

O evento de encerramento da Terceira Ação Internacional foi realizado em Kivu do Sul, República Democrática do Congo, entre 13 e 17 de outubro, e consistiu de uma série de atividades: painéis sobre os quatro campos de ação da MMM; uma visita de solidariedade a Mwenga com a inauguração dum memorial; um dia de troca de experiências entre a MMM de diferentes regiões do mundo e mulheres congolenses; uma feira de soberania alimentar e artística; plantio de árvores; e uma Marcha das Mulheres pela Paz.

A delegação internacional da MMM era constituída por 144 mulheres de 40 países de 5 regiões do mundo. Juntamente com as delegações organizadas por movimentos aliados, éramos mais de 220 mulheres de 41 países, a maioria de países africanos. As maiores delegações eram do Burundi e do Quênia, seguidas pela delegação europeia, constituída

*Preparado pelo Comité Internacional e pelo Secretariado Internacional da MMM, dezembro de 2010

por 10 países. A Diáspora congoleza estava presente nas delegações belga, francesa e inglesa. A menor delegação era a das Américas, com representações de 5 países, enquanto que a Ásia estava representada por uma integrante do CI do Paquistão, e o Mundo Árabe por uma companheira da Palestina.

A mobilização de um número tão grande de delegadas internacionais para uma ação num país que é considerado “pós-conflito” é o primeiro resultado do evento de encerramento. A viagem até Kivu foi muito cara para as Coordenações Nacionais da MMM / Grupos Participantes e foi devido à falta de recursos financeiros que ‘perdemos’ um número de delegadas que estavam registadas para participar, tais como as de Bangladesh e da Índia. As histórias sobre a violência e os riscos na RDC, com que somos bombardeadas a toda a hora pela mídia comercial e mesmo por pessoas das agência humanitárias, contribuíram para criar um sentimento de insegurança. Algumas companheiras e intérpretes preferiram não ir, mas muitas ultrapassaram o seu medo e viajaram até Bukavu para mostrarem a sua solidariedade com as mulheres da RDC, escutar as suas histórias e compartilhar as suas experiências.

O fato que as delegações internacionais estavam bem organizadas foi um outro resultado. Isto facilitou o trabalho do CI. Pensamos particularmente nas caravanas do Quênia e do Burundi, cujas mobilizações e participação constituem outro resultado importante, especialmente porque as companheiras do Quênia viajaram de ônibus durante mais de dois dias em cada sentido. Como parte das suas preparações, elas organizaram um processo extenso para compartilharem informações, angariarem finanças e exercerem pressão que apoiou mulheres na base, muitas das quais mulheres indígenas, para atingirem os seus objectivos – aparentemente simples, mas de importância enorme para elas – tais como receber os necessários documentos de identidade para solicitarem passaportes.

Solidariedade com as mulheres que vivem em áreas de conflito foi também demonstrada em ações simultâneas organizadas por 10 Coordenações Nacionais (CNs) da MMM, em datas próximas das datas do evento em Bukavu. Nalguns países, realizaram-se ações em mais do que numa cidade.

O evento de encerramento da 3ª Ação Internacional da MMM, foi também um grande sucesso de mobilização na RDC. Ali, as nossas companheiras falaram de “*engoument*” – a ‘febre’ da Marcha Mundial das Mulheres – da qual todas as mulheres queriam ser parte. Os números falam por si: no dia 9 de Setembro, o ultimo dia para registro nacional, já estavam registradas 995 mulheres, representando todas as 11 províncias da RDC. Lembrando-nos que no inicio das preparações para o evento nós imaginávamos um público de no máximo 500 pessoas

Finalmente, todos as 3.000 credenciais que tinham sido impressas foram usadas, e portanto estimamos que 3.000 pessoas, a maioria das quais mulheres, participaram em painéis e noutras actividades decorridas no Ateneo Ibanda (13 – 16 outubro). Isto inclui 250 jornalistas registradas(os), uma combinação de correspondentes nacionais e internacionais. Também estimamos que 1.000 pessoas participaram na visita a Mwenga, assim como cerca de 2.000



peças locais que se juntaram às(aos) visitantes. Além disso, um número estimado de 20.000 mulheres (e homens), de diversas correntes políticas e de diversos setores sociais, participaram na Marcha das Mulheres pela Paz no dia 17 de outubro, a qual concluiu o evento de encerramento da 3ª Ação Internacional.

Um outro resultado visível foi a grande participação de mulheres congoleesas nos vários debates ocorridos. Durante os painéis, muitas das mulheres denunciaram as suas experiências horrendas, assim como nomearam os perpetradores da violência contra as mulheres e os interesses por trás desta violência. Durante o dia reservado para a troca de experiências (16 de outubro), mulheres de diferentes etnias falaram nas suas línguas locais. Isto mostra que as mulheres sentiram estar num espaço seguro que lhes deu a confiança de se exprimirem ou mesmo para discordarem connosco.

Os painéis também foram oportunidades para apresentar a visão da MMM no que diz respeito aos nossos campos de ação, combinando as nossas análises e experiências. Além disso, eles também foram momentos para repetir várias vezes que a Marcha é um movimento permanente e que a nossa força deriva da auto-organização das mulheres na base. O facto que, tanto durante os painéis como durante a partilha de experiências no dia 16, muitas mulheres congoleesas repetiram as nossas análises e ligaram-nas às suas próprias experiências concretas, permite-nos confirmar uma outra conquista do evento de encerramento: a MMM tornou-se um movimento muito mais conhecido. Uma forte evidência do entendimento da MMM como um movimento é o facto que as mulheres da RDC não aceitam mais ser consideradas como vítimas, mas procuram cada vez mais afirmarem-se a si próprias como protagonistas na luta contra as causas da violência.

Outro resultado do evento foi o apoio que recebemos de organizações aliadas e movimentos aliados tais como o CADTM (Comité para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo), a Caravana Belga pela Paz e Solidariedade, o CECI (Centro para Estudos e Cooperação Internacionais no Canadá), a CSI (Confederação Sindical Internacional) e a WILPF (Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade), todas(os) as(os) quais tinham as suas próprias delegações que se juntaram às nossas atividades. A sua presença foi importante para nós, não só devido à sua participação e às suas contribuições políticas, mas também à confiança que demonstraram na nossa capacidade organizacional.

Em relação ao governo da RDC, as mulheres do país acreditam que estão agora numa posição mais forte para apresentarem as suas demandas e para negociarem. Por exemplo, em preparação para a nossa visita a Mwenga, a organização "*Regroupement des femmes Rega de Mwenga*" realizou uma reunião no dia 13 de setembro para apresentar ao Primeiro Ministro da RDC uma série de demandas relacionadas com o massacre de mulheres que foram enterradas vivas ali. O nosso evento permitiu a difusão da demanda para um tribunal internacional especial para resolver estes crimes (que foram cometidos antes de 2002 por perpetradores que não podem ser levados a tribunal devido aos acordos de paz assinados). A visita a Mwenga, com uma parada em Kasika no caminho, além de boa participação, recebeu boa publicidade pela imprensa nacional e internacional, o que ajudou a retornar

estes eventos à atenção pública e apoiar a demanda para justiça, e também denunciar a insegurança actual na área.

Finalmente, o evento resultou em benefícios permanentes para as cidades de Bukavu e Mwenga. Alguns exemplos: várias ruas em Bukavu e a estrada de acesso ao Ateneo Ibanda foram niveladas e pavimentadas; no Ateneo Ibanda, uma escola primária e secundária com 7.325 estudantes, as paredes foram pintadas, os quartos de banho foram renovados ou novos foram construídos; a estrada de acesso a Mwenga e as ruas nas comunidades foram niveladas; iniciou-se a construção de dois centros multifuncionais para mulheres, um em Bukavu e outro em Mwenga.

Todas estas conquistas nos dão coragem para refletir sobre os nossos pontos fracos e os desafios que enfrentamos na RDC. Este evento demandou uma dose grande de audácia mas ao mesmo tempo exprimiu o nosso nível de maturidade como um movimento feminista internacional e a acumulação de 12 anos de história coletiva.

Os desafios na organização dum evento em grande escala num país em conflito

O contexto global atual é marcado por uma militarização crescente e repressão do ativismo social e político. Em abril de 2010, paramilitares atacaram uma caravana internacional que levava apoio humanitário à Comunidade Autônoma de Triqui no México, assassinando uma ativista pelos direitos das mulheres indígenas muito respeitada, a Bety Cariño, e ao ativista finlandes Tyri Jaakola. Nos fins de maio de 2010, o governo israelita atacou a Flotilha da Liberdade, na qual participavam mais de 700 ativistas, resultando na morte de 10 delas(es). Estes eventos realçaram a atmosfera de medo em torno ao nosso evento.

A experiência da MMM na organização de atividades em países em conflito está restrita a algumas Coordenações Nacionais (CNs), algumas ativistas, ou na participação em eventos paralelos organizados pelo movimento anti-globalização, quando o território circunjacente às conferências oficiais está militarizado. Porém, estas experiências são fragmentadas e não estão consolidadas dentro do nosso movimento. Para nós no SI, foi muito importante ter sido parte da organização do Encontro Mulheres e Povos das Américas contra a Militarização na Colômbia, em agosto de 2010. A segurança também é uma questão complicada na Colômbia e as narrativas acerca do risco aumentam mais o medo. Durante este Encontro aprendemos das experiências das nossas companheiras do Movimento Social de Mulheres contra a Guerra e pela Paz sobre como agir no contexto dum conflito aberto.

A segurança foi o primeiro e permanente desafio que enfrentámos. A RDC é apresentada como um país pós-conflito, mas todas nós sabemos da presença contínua de grupos armados nas áreas rurais do país e da violência brutal sofrida pelos povos locais. Portanto tínhamos que ter cuidado aonde ir, ou aonde não ir, e como chegar lá. Neste contexto, é difícil definir o limite entre a precaução e a paranóia. Alguns governos europeus enviaram cartas



às delegadas nacionais dizendo que eles não seriam responsáveis pela sua segurança no país e na região do Kivu do Sul. Mais ainda, as linhas aéreas congoleesas estão na lista negra dos *rankings* de segurança, e no fim de agosto houve um acidente no país em que várias pessoas morreram.

Assim como na Colômbia, existem riscos reais e medos que são exacerbados pelas histórias, como aquelas que afirmam que viajar ao Congo é somente para as corajosas que amam a aventura, ou para aquelas que são irresponsáveis. Além disso, é normal que quando alguém tem medo e está nervosa demande mais atenção e cuidados. Em situações muito estressantes, ficamos inclinadas a ter maior dificuldade na compreensão e no processamento de informações. Confiar nas informações fornecidas pelas nossas companheiras da RDC e transmitir esta confiança às delegadas internacionais tornou-se uma tarefa diária. Para o SI, foi importante ser capaz de se referir constantemente às decisões unânimes tomadas no 7º Encontro Internacional, assim como ao nosso contacto próximo com as companheiras da RDC e com o Comité Internacional, especialmente na África.

A segurança das delegadas internacionais foi um dos itens na agenda numa reunião entre as integrantes da MMM na RDC, o CI e o SI, e a Ministra de Género, Família e Crianças da RDC, em abril de 2010. Nessa altura a Ministra confirmou o compromisso do governo, garantido por uma decisão tomada numa reunião inter-ministerial. A MONUSCO (missão de estabilização das Nações Unidas) também procurou as mulheres da RDC para tratar esta questão, especialmente em relação à visita a Mwenga no dia 16 de outubro. Decidimos que o nosso diálogo iria ser com o governo da RDC e que a decisão de pedir ou não pedir o apoio da MONUSCO seria uma decisão do governo. A segurança durante a visita a Mwenga foi efectuada pelo exército congolês e a polícia congoleesa e pela MONUSCO. Contudo, no nosso ponto de vista, as mulheres que caminharam durante vários dias dos seus lares para aguardarem à beira da estrada de Bukavu a Mwenga estavam também lá para a nossa segurança.

A segurança é uma questão permanente na RDC. Poucas semanas antes do início das atividades uma ativista chave da MMM estava, infelizmente e coincidentemente, parada perto de um homem que atirou uma pedra à comitiva do presidente que passava na rua. Ela e muitas das pessoas que se encontravam na área circunjacente foram presas e retidas na prisão durante quase uma semana. O homem que atirou a pedra morreu na prisão. A segurança da nossa companheira durante o tempo que ela passou na prisão era a nossa maior preocupação e decidimos demandar a vários governos e à agência ONU Mulheres, criada recentemente, gestões junto ao governo da RDC para que a libertassem. Esta situação colocou-nos na posição de negociar com representantes do governo para além das negociações relacionadas com o evento em Bukavu, e explica a leitura da mensagem da Michele Bachelet na cerimónia de abertura.

Apercebemo-nos de muitas outras formas em que o conflito se manifesta na vida quotidiana e os seus impactos na organização da nossa atividade. Um aspeto visível era a precariedade das infraestruturas de comunicação e transporte. Porém, há outras formas mais subtis de relações sociais que nos fizeram mais dependentes das nossas companheiras da RDC, ou mesmo do “protocolo” do governo, para nos movermos no país.

A relação entre as dinâmicas locais, nacionais e internacionais

Uma das características da MMM é permitir e encorajar uma grande autonomia às Coordenações Nacionais, sempre com referência aos parâmetros gerais acordados nos Encontros Internacionais. Durante atividades internacionais o nosso primeiro objetivo é fortalecer processos organizacionais na região. Isto significa que as diferentes actividades internacionais que a MMM organiza, ou nas quais participa, refletem diferentes temas, metodologias, expressões e culturas políticas. Em cada atividade, há necessariamente um processo longo de construção de acordos entre as propostas e as expectativas das delegadas internacionais e as propostas e expectativas das delegadas nacionais e regionais.

No passado, a existência duma Coordenação Nacional (CN) e a sua capacidade de articulação e influência nacional tem sido um critério importante para definir onde realizar uma atividade internacional. Este critério deixou de ser uma prioridade quando decidimos efectuar atividades regionais e internacionais em países em conflito. Mesmo assim, quando a proposta para se realizar o evento de encerramento da 3ª Ação Internacional em Bukavu foi aprovada na reunião das delegadas africanas no 7º Encontro Internacional, isto foi feito na base do compromisso assumido pelas três delegadas da RDC que estavam presentes de atuarem para criar uma CN. Nessa altura, e como continuou a ser durante a inteira preparação do evento de encerramento, não havia uma CN na RDC, mas haviam sim quatro organizações: CAFED (Goma), COFAS (Bukavu), CONAFED (Kinshasa) e COCAFEM-GL (Coalizão de organizações da RDC, do Ruanda e do Burundi). Em 2009, tentamos iniciar o processo de construir uma CN, mas os custos de organizar um encontro nacional eram altos e as companheiras da RDC não foram capazes de angariar os fundos necessários, nem nós do SI fomos capazes de as ajudar.

Como solução intermediária, foi decidido que o trabalho de preparação para o evento de encerramento fosse dividido entre as três organizações da RDC (CAFED, COFAS e CONAFED); elas compartilharam a responsabilidade de contactar as outras províncias nacionais e trabalhar para um encontro nacional de grupos diferentes da RDC que seria realizado ao mesmo tempo que o evento de encerramento. As companheiras das três organizações mobilizaram o país intensamente, o que se refletiu na representação de todas as províncias do país no evento de encerramento. Uma reunião para constituir formalmente a CN na RDC foi finalmente realizada em Bukavu, após o evento de encerramento, no dia 18 de outubro, com a participação de 7 das 11 províncias. Contudo, a ausência duma CN na RDC durante o processo preparatório enfraqueceu a nossa posição em relação ao governo nacional (*ver detalhes na próxima secção*).

Poderíamos ter compensado a inexistência duma CN através dum acompanhamento internacional intensivo, mas também enfrentámos limitações financeiras para fazer isso. Estabelecemos comunicação eletrónica intensa e conferências telefónicas bimensais com as nossas companheiras na RDC, mas só fomos capazes de estar fisicamente presentes no país em duas ocasiões.



Realizámos a primeira oficina preparatória em Bukavu, em outubro de 2009, com representantes das quatro organizações (CAFED, COFAS, CONAFED, COCAFEM-GL) e três participantes internacionais (Miriam Nobre, Nana Aicha Cissé, Awa Ouedraogo). Nesta oficina, avançamos na definição dos objetivos políticos e das propostas para atividades. Por exemplo, na altura em que a oficina ocorreu, a retirada da MONUC não estava a ser debatida publicamente, e um dos objetivos propostos para o evento na oficina foi a saída progressiva e concertada da MONUC. Foram só meses depois que o governo da RDC apresentaria uma demanda para a saída da MONUC, a qual foi convertida na MONUSCO em junho de 2010. Foi também durante esta oficina que concordámos sobre a visita a Mwenga e a demanda para um memorial, que significaria relembrar o episódio trágico das mulheres que foram enterradas vivas, enquanto que o perpetrador do crime continua a ser parte do exército congolês e se beneficia dos acordos de paz que impedem que quaisquer julgamentos ocorram em relação a crimes cometidos antes de 2002. Esta oficina também foi importante para a criação duma forma de trabalharmos juntas coletivamente. Na sua avaliação, a companheira da COFAS disse que pensava que nós viríamos para lhes dizer o que deveriam fazer, e que estava surpreendida que elas tivessem que pensar e trabalhar tanto.

Em outubro de 2009, também nos encontramos com as companheiras da CAFOB em Bujumbura, Burundi, estabelecendo assim contacto directo com elas, o que favoreceu a presença de uma delegação de 36 mulheres desse país (a maior delegação internacional da MMM). Não fomos a Ruanda e tivemos sempre dificuldades em estabelecer uma comunicação direta e regular com as mulheres da *Pro-femme*, a organização de referência para a MMM nesses países, o que pode ter complicado a presença do Ruanda em Bukavu. Em abril de 2010, visitámos a RDC pela segunda vez, desta vez ficando em Kinshasa, onde Miriam Nobre e Nana Aicha Cissé se encontraram com a Ministra de Género e grupos locais de mulheres. O foco desta segunda visita foi o apoio logístico do governo e questões de segurança.

Durante a preparação do evento, notámos um grande interesse na MMM e potencial para o envolvimento de grupos de mulheres de todo o país. No entanto foi mais fácil incorporar grupos da RDC que já tinham tido experiências de construir relações com redes internacionais, como foi o caso dos grupos de mulheres que participam no CADTM.

A dinâmica Bukavu–Kinshasa foi também uma fonte de dificuldades na organização do evento. Na maioria dos países é comum que organizações baseadas na capital falem em nome do país. A nossa decisão de realizar o evento de encerramento em Bukavu e não em Kinshasa criou muitos desafios quanto a relações políticas, infraestrutura e logísticas, mas também nos encorajou a procurar soluções criativas e mais duradouras na construção de relações províncias/capital.

As múltiplas dificuldades enfrentadas em nível nacional em relação a preparações logísticas para o evento também tiveram um impacto no seus conteúdos políticos. Enquanto que os painéis foram momentos importantes para partilhar os conteúdos dos nossos campos de ação, não conseguimos explorar, conjuntamente com as nossas companheiras congolezas, todo o potencial para debater e partilhar experiências locais/nacionais em

países diferentes. Um dos pontos mais fortes dos painéis foi a apresentação feita pela a nossa companheira do Haiti, Carole Jacob, com cujo conteúdo as mulheres da RDC se identificaram significativamente, particularmente devido à sua análise crítica da presença da MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti).

Nossa proposta era, a partir de um olhar atento sobre a situação das mulheres de Kivu do Sul e de Mwenga, estabelecer vínculos com as experiências vividas pelas mulheres noutras partes do mundo e identificar pontos comuns nos sistemas de opressão. Porém não conseguimos realçar isto como uma 'ideia' geral para o evento, e em vez disso, acabou por ser mais restrita à nossa expressão de solidariedade. Uma expressão disto foi o fato que algumas mulheres de outros países, em vez de falarem sobre as suas experiências semelhantes ou relacioná-las com as das mulheres da RDC, usaram os momentos para debate para se oferecerem para sediar a próxima ação internacional da MMM.

Por outro lado, cada uma das delegadas da MMM trabalhou muito na 3ª Ação Internacional no seu próprio país e provavelmente chegou ao momento de encerramento com as suas próprias expectativas, tais como, que este seria um momento para aprofundar o debate acerca dos conteúdos políticos das ações, os nossos modos de nos manifestar, etc. Mas a realidade organizacional da MMM na RDC, assim como do contexto atual do movimento das mulheres no país, significou que o evento pareceu-se muito mais como um início (era a primeira vez que muitas mulheres estavam em contacto com nossos campos de ação e com o significado da MMM como um movimento permanente). Esta diferença entre expectativas e a realidade gerou frustrações que foram processadas de modo diferente pelas delegadas da MMM. A nossa avaliação é que devíamos ter preparado melhor a delegação internacional no que diz respeito às dinâmicas nacionais e à cultura política na RDC, o que poderiam esperar, etc.

A relação entre movimentos, partidos políticos, governos, as Nações Unidas e as grandes ONGs internacionais

Um dos pontos de tensão presentes desde o início da organização do evento era a relação entre os grupos e as organizações de mulheres que tomavam a iniciativa na organização da MMM na RDC e mulheres de partidos políticos, especialmente as figuras públicas desses partidos. As mulheres dos partidos políticos diziam que se a Marcha pertence a todas as mulheres, elas queriam também ser parte dela.

Dentro da Marcha já tínhamos debatido a questão dos partidos políticos em mais de um Encontro Internacional (o 3º em Montreal em 2001, o 6º em Lima em 2006), e chegámos à conclusão que não é possível ter uma regra comum para todos os países que exclua mulheres de partidos políticos. Todas as que querem construir a MMM como um movimento permanente (feminista e anti-capitalista) são bem-vindas, contudo é importante ter cuidado



quando mulheres dos partidos políticos tentam instrumentalizar as ações da MMM ou promover os interesses dos seus partidos sem estarem dispostas a trabalhar através da construção de consenso. Mas nem sempre é o caso que mulheres afiliadas a partidos políticos atuam assim, e cada país – baseado nas suas experiências e na sua cultura política – define a participação de partidos políticos (como grupos participantes, convidados, sem participação direta do partido, entre outras opções).

Na RDC, esta questão escondia uma realidade mais complexa: a relação com os governos nacionais e regionais. Quando o governo nacional decidiu contribuir para o evento, e especialmente a partir do momento em que a Primeira Dama decidiu – em setembro de 2010 – estar presente na cerimónia de abertura, as “mulheres de Kinshasa” começaram a interferir em todas as questões (desde os conteúdos dos painéis até à composição das comissões). Isto aconteceu sem que as organizações de referência da MMM tivessem a necessária unidade entre elas em relação a como lidar com o problema.

A cerimónia de inauguração oficial (no dia 13) foi emblemática da situação. Após a cerimónia, todas as pessoas, incluindo aquelas que eram parte do governo, estavam de acordo: a MMM foi uma convidada ao seu próprio evento de abertura. A presença das autoridades na nossa cerimónia de abertura já tinha sido discutida no nosso encontro em Cape Town, com a presença dum representante de Bukavu. Nessa altura, as integrantes do CI entenderam a preocupação das Companheiras da RDC de que não seria possível inaugurar uma atividade de tal relevância no contexto político e cultural local sem a presença das autoridades. Mas nos estágios finais de preparação não fomos suficientemente estratégicas e (praticamente) entregámos a coordenação / organização da cerimónia de abertura ao protocolo do governo, e portanto a cerimónia de abertura foi realizada de acordo com a prática e a tradição governamental. A questão é: que capacidade tínhamos nós para o fazer diferentemente?

Na cerimónia em Mwenga, fizemos algum progresso em relação a esta questão: três mulheres da Marcha falaram – de Mwenga, Bukavu, e uma representante internacional – enquanto que três autoridades, dos níveis local, regional e nacional, também falaram. Esta melhora foi negociada no último momento e a posição da Marcha teve o apoio da Ministra de Género.

Em suma, a correlação de forças entre nós como um movimento e o governo da RDC era muito precária. Alguns fatores fizeram-nos mais frágeis: a falta de unidade entre as nossas organizações na RDC em relação ao governo, a ausência de experiências anteriores nas quais movimentos mantiveram uma posição de autonomia em relação ao governo no país, e o difícil cálculo político de quão longe poderíamos ir sem comprometermos as condições para ação das nossas companheiras que ficariam no país.

No que diz respeito às mulheres da RDC, todas elas avaliaram que houve um avanço em sua relação com o governo e que isto tinha sido positivo pois abre mais possibilidades para apresentar suas demandas.

A nossa dependência no apoio do governo para resolver as coisas mais simples, tais como recepcionar as pessoas no aeroporto ou assegurar que cada delegada iria chegar a tempo para a sua viagem de retorno, era uma das outras das nossas fraquezas. Houve também o fato que nós, como um movimento, não contribuimos com recursos financeiros para a infraestrutura local. Com a exceção de 4.000 euros enviados ao secretariado local em Bukavu, todos os fundos angariados pelo SI foram usados para assegurar a presença duma pequena delegação internacional e de intérpretes.

Isto leva-nos a outra questão: a relação com ONGs internacionais e inclusive o desconhecimento sobre a diferença entre um movimento internacional e uma grande ONG internacional. O nosso nome, a Marcha Mundial das Mulheres, evoca um suposto acesso a grandes recursos financeiros, e portanto funcionários do governo se indagavam se fazia sentido dar fundos para este evento quando as ONGs manejam orçamentos muitas vezes tão grandes quanto aqueles dos governos locais.

Ainda estamos a trabalhar num relatório financeiro que juntará informações sobre os fundos angariados duma forma descentralizada (SI, COFAS, CONAFED, CAFED, CNs). Contudo, na totalidade, podemos já concluir que tivemos dificuldades em mobilizar recursos das ONGs internacionais para o evento. A maioria das ONGs têm um escritório na RDC, muitas delas em Bukavu. Se contribuíram alguma coisa para o evento foi para assegurar a participação das suas contrapartes, e não para o funcionamento e organização do evento em si.

A relação com as instituições da ONU (UNDP, MONUSCO) foi completamente feita pelo comité local em Bukavu, ou pelo governo nacional. Elas apoiaram-nos com parte da estrutura logística, com transporte aéreo para as participantes nacionais e com o transporte e segurança de ida e volta a Mwenga. Não autorizámos a leitura da declaração pública da MONUSCO durante as nossas atividades. Mas é difícil dizer que eles não estiveram visíveis, mesmo porque já são muito visíveis no dia a dia para o povo de Kivu do Sul. A realidade é que é muito comum para as nossas companheiras da RDC usarem os aviões da MONUSCO para se moverem através do país, o que significa uma perda de autonomia para o movimento, mais dependência e a possibilidade de terem que ficar num local muito mais tempo do que planejado (porque os voos não têm datas/ horas fixas), mas isso não impede que as mulheres critiquem as ações da MONUSCO. Respeitando a decisão tomada pelo CI, a delegação internacional não usou nem os aviões, nem os helicópteros das Nações Unidas.

É importante que continuemos a refletir sobre as tentativas dos governos para “sequestrar” o nosso evento, já que governos de outros países mostram grande interesse na RDC e a questão da violência contra as mulheres é parte permanente das suas agendas.

Aqui vão alguns exemplos: Imediatamente após o evento de encerramento, na primeira semana de novembro, a mulher do novo embaixador dos EU acompanhada pela Eve Ensler – da ONG americana *V-Day* – visitou organizações de mulheres em Bukavu que são apoiadas por esta ONG. No fim de outubro o governo brasileiro deu US\$1 milhão - via o



Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das NU- em apoio a atividades para fortalecer mecanismos para justiça e compensação para vítimas de violência sexual na RDC. O comércio bilateral entre o Brasil e a RDC aumentou 20 vezes entre 2002 e 2009, de US\$ 2,84 milhões para US\$ 58,56 million.

Lições e desafios logísticos

Durante a preparação para o evento de encerramento, a equipe permanente do Secretariado Internacional consistia de três mulheres que trabalhavam em tempo integral e uma mulher que trabalhava em tempo parcial. Em setembro, contratamos duas mulheres durante 45 dias como trabalhadoras temporárias, uma para criar e atualizar o banco de dados de inscrições internacionais e a outra para fazer pesquisa, produzir materiais e atualizar o site da 3ª Ação Internacional.

Durante esta preparação a nossa vida como um movimento permanente continuou. Em maio e junho finalizamos a avaliação do nosso plano estratégico e as negociações com parceiros para apoio financeiro para os próximos três anos. Em junho, julho e agosto, integrantes da equipe do Secretariado Internacional estiveram envolvida na preparação da ação regional na Colômbia e também participaram em edições regionais do Fórum Social Mundial.

Em resumo, trabalhamos com uma equipe mínima e com excesso de trabalho. A nossa avaliação é que deveríamos ter tido mais reuniões de equipe e compartilhado mais informações. Alessandra Ceregatti do SI conseguiu chegar à RDC no dia 19 de setembro de 2010, mas teria sido melhor chegar mais cedo e ter viajado mais vezes a Bukavu para trabalhar com a equipe local em questões práticas tais como bancos de dados de inscrições, vistos, a organização do trabalho e do próprio escritório, entre outras questões.

Em Bukavu, com os mínimos recursos que enviámos do SI, foi possível pagar parte do salário da equipa de COFAS, mas não foi possível contratar pessoal adicional. Elas trabalharam com um grande número de voluntárias organizadas em vários comités de trabalho. No início, não se havia compreendido que todo o trabalho seria voluntário, havia uma expectativa de que todas que se envolvessem na organização do evento seriam remuneradas. Teria sido melhor combinar este trabalho voluntário com alguma espécie de trabalho remunerado, especialmente para as coordenadoras das comissões de registro e logística, que trabalharam intensamente durante um período longo, mas não foi fácil debater esta questão e estabelecer critérios para aquelas que deveriam ser remuneradas e aquelas que só receberiam ajuda de custo para transporte e refeições durante os dias do evento.

A infraestrutura de comunicação precária afetou todo o trabalho feito pelas nossas companheiras em Bukavu e pela equipe do SI. Os cortes na eletricidade, as linhas telefônicas sobrecarregadas, as chamadas que não podiam ser concluídas, as conexões lentas e intermitentes de internet e os vírus de computador: todas estas são questões

diárias para as nossas companheiras da RDC que nós experimentámos em primeira mão quando chegámos em Bukavu, assim como entendemos que para mantermos uma circulação constante de informações tínhamos que ser pacientes e persistentes.

A divisão de responsabilidades entre os níveis local, nacional e internacional também não foi ideal. O nosso acordo era que todas as logísticas locais (o local, o equipamento para intérpretes, a recepção de delegadas) era responsabilidade de grupos de referência da MMM na RDC. Por um lado, isto produziu bons resultados, por exemplo a decisão de realizar os painéis e a feira no Ateneo Ibanda. O espaço foi muito apropriado, o governo local foi capaz de instalar internet sem fio e as melhorias das infraestruturas permanecem para o uso das(os) estudantes do instituto. Todas as melhorias foram concluídas num tempo muito curto, mas isto exigiu um grande esforço político da parte das nossas companheiras de Bukavu. O governo provincial mudou de mãos em junho de 2010, o que atrasou as preparações devido a ter que se recomeçar as negociações para apoio para o nosso evento.

A falta de equipamento para interpretação simultânea também foi um grande problema. Reconhecemos que foi um erro dar às nossas companheiras de Bukavu a responsabilidade de encontrar o equipamento com cabinas. A falta de cabinas impediu-nos de organizar painéis em cinco línguas como tinha sido planejado (inglês, francês, espanhol, português e suaíli), e forçou as interpretes voluntárias a trabalhar intensivamente em condições que não eram ideais. Além disto, à última da hora ‘perdemos’ três intérpretes (uma que, por razões de segurança, não foi capaz de vir; outras duas que perderam os seus voos de ligação devido à greve na França).

De início, estávamos preocupadas sobre como garantir a acomodação e alimentos para todas as delegadas, as internacionais como responsabilidade do SI, e as nacionais como responsabilidade das organizações de referência da MMM na RDC. Como pensávamos que o número de acomodações disponíveis na cidade não fossem suficientes, sugerimos limitar o número de delegadas que viessem de fora de Bukavu. Mas o comité local organizou uma lista de hotéis e hospedarias em Bukavu, o que nos ajudou a compreender que o alojamento não seria um problema grande. As participantes internacionais e nacionais, na sua maioria, foram responsáveis por angariar fundos para cobrir as suas despesas de acomodação ou organizá-la dum modo solidário (nas casas de família ou amigas).

Por razões logísticas e de segurança, tentámos alojar a delegação da MMM no mesmo centro, mas no fim – devido à disponibilidade de espaço e do número de delegadas – tivemos que dividir a delegação entre dois centros: AMANI e CAP. Tentamos misturar delegadas de continentes diferentes nos dois centros, mas a separação dificultou a integração de todas e especialmente aquelas alojadas no CAP sentiram-se isoladas porque não estavam com o SI ou o CI.

Satisfazer as demandas de mais mulheres do que era antecipado foi um grande desafio para as nossas companheiras da RDC. Para responder em parte a esta demanda, o governo nacional organizou um almoço gratuito no Ateneo Ibanda à “última hora”. O problema é que



tínhamos organizado para que as delegadas comprassem os seus alimentos dos grupos de mulheres locais para que estas pudessem beneficiar diretamente destas contribuições financeiras. Embora elas tenham vendido refeições e bebidas, acabaram por vender quantidades muito menores do que era antecipado.

A feira da soberania alimentar e de exposição de produtos e artesanato funcionou melhor, as vendedoras ficaram satisfeitas com as vendas e as delegadas tiraram vantagem da feira como um espaço para trocas e relaxamento.

Seguimento

Identificámos a organização de informações relacionadas com o evento como uma tarefa de seguimento imediata. Montámos um primreiro '*clipping*', listando toda a cobertura de imprensa— material impresso, rádio, e televisão — estamos selecionando e arquivando fotografias e imagens (muitas das quais são lindas). Temos que decidir como lidar com todas estas informações. Precisamos analisar criticamente a cobertura de imprensa. É curioso como algumas das militantes da MMM que não estiveram em Bukavu e seguiram a ação somente através da mídia comercial (*mainstream*) acreditaram que a nossa ação tinha sido recuperada pelo governo, mas não questionaram a qualidade de informações ou a cobertura de imprensa. Acreditamos que uma análise crítica da cobertura do evento de encerramento em Bukavu poderia estimular um debate estratégico que queremos fazer em breve sobre comunicação como uma política e não só como um instrumento. Precisamos ainda de escrever a nossa própria história e a nossa própria avaliação. Finalmente, há imenso trabalho a fazer na organização de todas estas informações e de as tornar disponíveis no site www.mmm2010.info, que agora se torna um espaço virtual para a memória da nossa ação internacional.

Sabemos que muitas das CNs estão a organizar actividades de avaliação e a elaborar relatórios. Precisamos de juntar e consolidar as análises e as avaliações da nossa ação internacional na sua totalidade. Portanto, por favor, mandem-nos as vossas avaliações. Também somos responsáveis por apoiar a nova CN criada na RDC. Planejamos manter contacto regular através de conferencias telefónicas, assim como fortalecer os vínculos entre as companheiras na RDC e outras companheiras na região. Mais especificamente, precisamos prosseguir com os contactos com as companheiras de Burundi e do Quénia, além de restabelecer vínculos com Ruanda (o que poderá envolver pensar sobre como a MMM está organizada nesse país).

Através de um contacto regular com as nossas companheiras na RDC podemos acompanhar o que se passa com as melhorias de infraestrutura que obtivemos através do nosso evento de encerramento: as melhorias/ nas condições de funcionamento no Ateneo Ibanda, a promessa da construção dum memorial e um centro multifuncional para as mulheres

em Mwenga e a continuidade da construção e operação de um centro multifuncional em Bukavu. Também precisamos monitorar os impactos da política da PNUD de construir casas multifuncionais para mulheres em acordo com o governo da RDC.

Juntamente com as nossas companheiras na RDC, precisamos continuar a melhorar o modo como funcionamos como uma rede de alerta. Durante os painéis, as mulheres denunciaram violência séria perpetrada com a participação, ou omissão de proteção, do exército congolês e da MONUSCO. A nossa esperança é que nada mais sério ocorra, mas é importante que nos organizemos em avanço para assegurar a segurança das nossas companheiras. É possível que precisaremos de as apoiar com atividades nos nossos países, assim como demonstrar o nosso apoio fortalecendo a MMM na RDC. Durante a preparação do evento em Bukavu, manifestou-se resistência – muito forte, por vezes – por parte de certos políticos e mesmo por uns setores da sociedade civil, em relação à ideia da MMM como um movimento e a auto-organização das mulheres.

Temos que pensar sobre ações mais concretas para pôr fim ao rapto de mulheres nas áreas rurais da região. No dia 30 de outubro, quatro mulheres e uma jovem de Mwenga foram raptadas e mantidas como escravas sexuais durante sete dias até a comunidade pagar um resgate em dinheiro e em bens tais como alimentos, um telefone celular e fósforos. O exército da RDC foi acionada mas não foi capaz de libertar as mulheres.

Finalmente, durante a preparação para o evento na RDC, sugerimos às CNs que podiam pesquisar informações sobre os interesses e as atividades que os seus governos e empresas nacionais têm na RDC. Acreditamos que isto é uma outra ação de seguimento importante: monitorar e pressionar os nossos governos para que – ou através das suas próprias iniciativas ou como parte de instituições multilaterais – eles baseiem as suas ações em princípios de respeito pela soberania do povo da RDC e denunciem iniciativas que vão contra isto.

Comité Internacional e Secretariado Internacional da MMM
São Paulo, dezembro de 2010



Documento 5



Informe sobre as atividades e ações realizadas em nível local, nacional, regional e internacional

INTRODUÇÃO

Sob o lema “**Estaremos em marcha até todas sejam livres!**”, a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) foi organizada ao redor de dois momentos chaves:

- Lançamento: 8 – 18 de março, com marchas nacionais simultâneas e diferentes tipos de mobilizações, formas, cores e ritmos que também marcou o aniversário de 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres por delegadas à 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague em 1910;
- Os eventos de encerramento: marchas e ações simultâneas durante o período 7 – 17 de outubro, com um evento internacional em Bukavu, República Democrática do Congo (RDC) entre os dias 13 e 17.

Entre estes dois momentos chaves, também se realizaram mobilizações, ações, e atividades em nível local e nacional, assim como regionalmente nas Américas (16 – 23 de agosto, Colômbia), Ásia-Oceânia (10 – 12 de junho, Filipinas) e Europa (29 – 30 de junho, Turquia).

Durante a 3ª Ação Internacional, as demandas políticas eram baseadas nos quatro campos de ação da MMM: Bem comum e acesso a serviços públicos, Paz e desmilitarização, Trabalho das Mulheres, e Violência contra as mulheres.

No total, 76 países de cinco continentes participaram na Ação Internacional, 57 dos quais organizaram atividades nos seus próprios países, e 19 dos quais mandaram delegadas nacionais para participarem em ações regionais e internacionais. A ação durou 220 dias, com um público directo estimado em 80.000 mulheres e homens.



O LANÇAMENTO, 8 – 18 DE MARÇO: AÇÕES NACIONAIS

Ações e actividades nacionais foram realizadas em 53 países, em quatro continentes:

África

Desde a Argélia a Marrocos, no norte, até à África do Sul e o Zimbábue, no sul, muitas centenas de companheiras da MMM foram mobilizadas no continente africano no início de março para o lançamento da Ação Internacional e para celebrar o aniversário de 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres. Organizaram-se actividades em 14 países – **Argélia, Benin, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, República Democrática do Congo, Quénia** (embora a principal demonstração em 8 de março tenha sido proibida pela polícia), **Mali** (seminários de formação em Bamako e em Gao para mulheres líderes comunitárias acerca dos temas da participação das mulheres na prevenção e gestão de conflitos, a proliferação de armas pequenas e a situação de segurança no norte do país), **Marrocos, Moçambique** (palestras, partilha de experiências e actividades culturais num evento em Maputo), **África do Sul, Sudão, Sara Ocidental** (marchas nos campos de refugiados sarauis no dia 8 de março) e **Zimbábue**.

Na **Argélia** foi lançada uma campanha – a campanha “Kif Kif igualdade perante a lei” – ao mesmo tempo que a 3ª Ação Internacional, a 8 de março. A Lubna Hussein, a companheira jornalista sudanesa que foi criminalizada no seu país por usar calças, tomou parte neste momento importante da luta para a implementação de leis civis e iguais para as mulheres e os homens no Sudão, em reconhecimento que a violência que as mulheres sofrem começa com a violência institucional, permitida pelo Código de Família Argelino.

Em caravana no centro de Cotonou, a capital de **Benin**, integrantes da MMM e mulheres da sociedade civil e doutras organizações de mulheres marcharam com lemas, bandeiras, danças e canções para “Direitos iguais, oportunidades iguais, progresso para todos”. O objectivo desta caravana era elevar a consciência da importância de mobilização em massa para se obter os direitos das mulheres e as suas demandas. A caravana terminou com a libertação de cinco pombas, representando os cinco valores centrais da MMM: liberdade, paz, igualdade, solidariedade e justiça.

Juntando as mulheres de Ouagadougou (a capital) e de Kombissiri (uma cidade pequena a norte da capital), em **Burkina Faso**, a MMM comemorou o Dia Internacional das Mulheres com uma mobilização muito bem sucedida. O objectivo era motivar a participação da população de Kombissiri e promover uma melhor compreensão do evento.

Marchas pela paz e pela igualdade entre as mulheres e os homens, e contra a violência contra as mulheres em Bukavu, Kinshasa, Lumbumbashi e Mbujiayi marcaram o 8 de março na **República Democrática do Congo**. Em Bukavu, uma mobilização nas ruas com a participação de diferentes grupos de mulheres e de diversas autoridades, lançou oficialmente a Ação Internacional 2010, enquanto que em Lumbumbashi, na província de

Catanga, companheiras da MMM também lançaram a 3ª Ação Internacional na sua cidade. Em Mbujimayi, a conferência com o título “Após 100 anos de lutas feministas, como é que a igualdade entre as mulheres e os homens pode contribuir para o progresso na RDC?”, foi acompanhada por programas de rádio e televisão, uma marcha nas ruas e exposições.

Aproximadamente 100 mulheres de idades diferentes, classes e grupos sociais participaram de um piquete (*'sit-in'*) em **Marrocos**, debaixo de chuva torrencial, para demandar o fim de todas as formas de violência contra as mulheres. A plataforma de ações foi planeada colectivamente, incluindo discussões de mesa redonda e uma caravana com o objectivo de alcançar mulheres isoladas, ajudando-as a ter acesso a serviços e demonstrando solidariedade.

Na **África do Sul**, mulheres activistas através de Cape Town juntaram-se para reflectir sobre as crises múltiplas que as mulheres na África do Sul enfrentam – altos níveis de desemprego, pobreza, violência doméstica, falta de habitação e de outros serviços públicos – e para lançar a 3ª Ação Internacional e comemorar o centenário da Declaração do Dia Internacional das Mulheres.

Mulheres de diversas organizações e de diversos grupos sociais participaram numa marcha muito bem sucedida no **Zimbábue**, durante a qual foram apresentadas informações sobre a MMM e também foram discutidas questões sobre a violência contra as mulheres e o empoderamento económico das mulheres.

Américas

Activistas da MMM de 18 países do continente americano – da América do Sul, Central e Norte e das Caraíbas – organizaram ou participaram em manifestações e noutras actividades ligadas ao Dia Internacional das Mulheres no dia 8 de março ou em dias próximos.

Em várias cidades na **Bolívia**, nomeadamente em Chuquisaca, Cochabamba, Oruro, Santa Cruz e Tarija, activistas da MMM organizaram e participaram em manifestações nas ruas e noutras ações para aumentar a consciência. Em Santa Cruz, por exemplo, foram produzidos e transmitidos canções em três estações de rádio para promover e disseminar a MMM e 20 organizações de mulheres e mistas participaram numa marcha que terminou na Praça 24 de Setembro.

No **Brasil**, mais de 2000 mulheres caminharam durante 11 dias e 110 km desde a cidade de Campinas à cidade de São Paulo (no sudeste do país). Numa marcha organizada exclusivamente por activistas da MMM, mulheres representando todos os 27 estados brasileiros caminharam durante várias horas todos as manhãs, acamparam, e depois tomaram parte em debates, oficinas de formação e actividades culturais durante as tardes. As análises e as demandas foram centradas nos quatro campos de ação da MMM e incluíram a descriminalização e legalização do aborto; a reorganização do cuidado, compartilhado



igualmente entre homens e mulheres; a soberania alimentar e energética; e a retirada coordenada de soldados da ONU (incluindo brasileiros) do Haiti. Foi filmado e produzido um documentário sobre essa marcha.

A Rede Feminista para a Coordenação da Marcha de 8 de março em Santiago (da qual a MMM é integrante), no **Chile**, decidiu abandonar os seus planos para uma marcha enorme e um acto cultural-político no centro da cidade devido ao terramoto que atingiu o país 10 dias antes do Dia Internacional das Mulheres. Em vez disso, organizaram às pressas uma marcha de solidariedade com o objectivo de promover a doação de artigos de higiene para organizações de mulheres na região de Maule, entregues no dia 11 de março por uma caravana de solidariedade que viajou até à região. Também foi publicada e disseminada uma declaração pública intitulada “Mulheres, organizem-se! Para todos os nossos direitos, agora e para sempre”.

Durante o mês de março, activistas da MMM participaram em diversas ações em **El Salvador**: a 8 de março, acompanhadas por cinco ‘caminhantes’ gigantes, juntaram-se a 10,000 mulheres para uma marcha em San Salvador para comemorar o lançamento da 3ª Ação Internacional e para entregar um ante-projecto de Lei da Igualdade à Assembleia Legislativa. Enquanto isso, outras activistas organizaram-se em várias outras cidades e municípios, incluindo um fórum de debate em San Marcos e festivais culturais artísticos em San Julián, Nahuizalco e San Vicente, para comemorar 100 anos de lutas das mulheres e para mostrar a força dessas lutas, entre outros temas.

Manifestações ocorreram na capital de **Guatemala**, onde activistas indígenas e outras terminaram a sua marcha no Parque Central com um simbólico “abraço” no território e uma oferenda, e noutras cidades tais como Cobán, onde as mulheres marcharam contra a violência, discriminação e racismo e por salários justos.

No **México**, activistas da MMM mobilizaram-se na cidade do México e em San Cristobal de las Casas, Chiapas. Nesta última, centenas de mulheres andaram pelas ruas com velas, comemorando o 8 de março como um dia de resistência, luta e solidariedade feminista, terminando na Praça da Igreja com a instalação dum altar das mulheres e com discursos políticos. A declaração pública denunciou a militarização da sociedade mexicana, os altos níveis de feminicídios, a criminalização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o fundamentalismo religioso.

No **Peru**, manifestações e ações descentralizadas ocorreram em cinco cidades: Arequipa (na La Oroya, uma cidade em que actividades mineiras têm tido um impacto muito negativo), Chiclayo (uma marcha nas ruas com a participação de diversos grupos de mulheres e acompanhadas por uma ‘batucada’), Junín (um Fórum de Mulheres discutiu e mobilizou em torno da luta contra a crise climática), Lima (onde muitas mulheres, acompanhadas por uma ‘batucada’ e bandeiras, marcharam para mostrar que “As Peruanas continuam a luta” e também tomaram parte em debates acerca dos quatro campos de ação) e Puno (Assembléia das Mulheres Camponesas).

A demonstração na capital de **Martinica**, Fort-de-France, no Dia Internacional das Mulheres, onde mulheres marcharam sob o lema “Estaremos em marcha até que todas sejamos livres” e em solidariedade com mulheres através do mundo.

Nas ruas de Montreal (**Quebeque**), milhares de mulheres e homens marcharam até ao gabinete do Primeiro Ministro e formaram uma cadeia humana para denunciar a ignorância do governo para com as demandas feministas e a redução dos direitos das mulheres, no quadro da 3ª Ação Internacional. Integrantes da MMM apresentaram as suas demandas aos governos de Quebeque e do Canada, incluindo legislação contra os reclames sexistas, a protecção dos direitos das mulheres decidirem se querem ou não querem ter crianças, fim ao recrutamento militar nas escolas, a valorização do salário mínimo, etc.

Movimentos sociais, populares e culturais assim como diversos colectivos feministas juntaram-se em Caracas, **Venezuela**, sob o lema da 3ª Ação Internacional para denunciarem a desigualdade, a discriminação e a violência que as mulheres continuam a sofrer. Com bandeiras, panfletos e cânticos, levantaram as suas vozes na luta para assegurar que as suas demandas e alternativas fossem ouvidas, e marcharam pelas ruas.

Outros tipos de intervenções criativas nas ruas foram organizadas em: Buenos Aires, **Argentina**, com as mulheres marchando nas ruas e abrindo uma grande bandeira “Mostrem o cartão vermelho à violência contra as mulheres” no meio do Estádio Boca Juniors, como parte da sua luta contra a violência contra as mulheres; em Havana, **Cuba**; e em Quito, **Equador**, onde foi promovido um passeio de bicicleta no dia 14 de março – para “o bem viver” (por boas condições de vida) – para comemorar o aniversário de 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres e 100 anos de luta feminista. Actividades para levantar a consciência acompanharam este passeio de bicicleta, tais como a colagem de cartazes ao longo do caminho, a entrega de panfletos e teatro nas ruas.

No **Canada**, **Paraguai** e nos **Estados Unidos**, activistas feministas aliadas à MMM tiraram o maior partido do lançamento da nossa Ação Internacional para compartilharem as análises de nossos campos de ação e para desenvolverem as suas próprias demandas, enquanto que mobilizavam o interesse pelo nosso movimento. No **Haiti** e em **Honduras**, activistas da MMM juntamente com outras feministas estiveram presentes em manifestações e actividades nas ruas, resistindo ao golpe de estado em Honduras, e em recordação das nossas companheiras Magalie Marcelin, Myriam Merlet e Anne Marie Coriolan, falecidas no terramoto no Haiti.

Ásia-Oceânia

Companheiras se mobilizaram em massa – em manifestações nacionais e locais – em oito países da região para o lançamento da 3ª Ação Internacional.



Em **Bangladesh** duas cidades, Dhaka e Rajbari, foram escolhidas por organizações que são parte da MMM para realizar marchas, durante as quais também se realizaram palestras e actividades culturais. Em Rajbari, mais de 1000 participantes marcharam à volta da cidade, acabando em frente da Academia distrital de Shilpokola (Academia Cultural). Aqui elas organizaram uma discussão e programas culturais, com cinco organizações culturais locais apresentando canções e um recital.

No **Japão**, foram organizadas duas marchas para o lançamento da 3ª Ação Internacional. A “Parada Mimosa” no centro de Tóquio no dia 7 de março foi organizada para demandar o fim de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Participaram dessa manifestação muitos grupos diferentes – anti-globalização, direitos das lésbicas, aborto, anti-militarização, ‘mulheres de conforto’, etc – que depois realizaram também um debate que durou duas horas. Cerca de 800 mulheres participaram num Comício Central em Tóquio em 8 de março, seguido por uma marcha através do centro da cidade.

Muitas centenas de mulheres – incluindo trabalhadoras urbanas, agricultoras, e sobreviventes de violência de género – marcharam em Manila e em outros 11 centros estratégicos do arquipélago das **Filipinas** baixo o lema “Militarismo, Sexismo, OMC, Arroyo: Recuem!”. Elas marcharam pela paz e contra as bases militares dos Estados Unidos, contra a violação como uma arma de guerra, pela criação de empregos e direitos trabalhistas, pela reforma agrícola e por um fim imediato à violência doméstica, ao abuso sexual e ao tráfego de mulheres.

No dia 6 de março, 500 mulheres vestidas em três cores – roxo para representar a eleição local, amarelo para representar os direitos das mulheres, e vermelho para representar a campanha pela socialização do trabalho de cuidado – participaram no 26º Festival de Mulheres da Coreia e na ação da MMM para comemorar o Dia Internacional das Mulheres em Seul, **Coreia do Sul**. Os objectivos da ação eram modificar a sociedade assegurando a partilha de responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres, fortalecer e defender os direitos das mulheres e aumentar a participação de votantes nas eleições locais em junho de 2010.

Na **Nova Caledónia** uma mobilização nacional foi organizada na praça central de Mwa Kaa da Nouméa a 27 de março, durante a qual foi lançada a 3ª Ação Internacional, foram debatidas os quatro campos de ação, e foi celebrado o 100º aniversário da Declaração do Dia Internacional das Mulheres.

Representantes de 18 organizações juntaram-se em Chattisgarh, **Índia**, a 8 de março, para as celebrações do centenário do Dia Internacional das Mulheres, enquanto que mais de 1000 mulheres – agricultoras, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras irregulares, crianças trabalhadoras, mulheres tribais e jovens rurais – participaram numa demonstração em Raipur a 19 e 20 de março. Na última, mulheres marcharam exibindo bandeiras e cartazes e gritando lemas que falavam do tipo de trabalho que as mulheres querem construir para todos, numa celebração das lutas históricas das mulheres no mundo e para afirmar os direitos das mulheres na família, nas comunidades e na sociedade.

Mais de 1.500 mulheres marcharam no centro de Lahore, **Paquistão**, para celebrar o Dia Internacional das Mulheres a 8 de março. Apesar dum medo prevalente após um ataque dum bomba suicida de manhã cedo na cidade, milhares de mulheres trabalhadoras, incluindo aquelas baseadas em casa, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras em fornos de tijolo e ornamentação, participaram numa marcha enquanto cantavam lemas anti-capitalistas ao longo do caminho, incluindo “Não à injustiça económica”, “Não à violência contra as mulheres” e “Abaixo com o imperialismo dos EUA”. Entre os dias 12 e 18, duas caravanas de mulheres viajaram desde Lahore a Faisalabad e desde Hyderabad a Karachi. Realizando debates acerca da realidade das vidas das mulheres no Paquistão, a primeira caravana parou em cinco cidades, enquanto que a última parou em cinco cidades e quatro comunas.

No dia 8 de março e noutros por volta desse dia, foram realizadas actividades em seis cidades ao longo da costa nordeste do **Sri Lanka**, onde muitas pessoas vivem em aldeias piscatórias, com um tema central sobre o papel das mulheres para se alcançar a democracia. Estes eventos públicos (com 250–300 participantes em cada cidade) incluíam teatro nas ruas, apresentações de vídeos, peças de teatro para crianças, reuniões, etc, como parte da luta das mulheres de Sri Lanka para uma sociedade justa, livre de violência contra as mulheres.

Europa

Dos 13 países no continente Europeu que tinham compartilhado planos connosco para o 8 de março ou nos dias próximos, somente um deles – **Catalunha** – foi incapaz de colocar esses planos em prática devido a uma caída de neve muito severa. Activistas da MMM nos outros 12 países foram vistas e ouvidas - com as suas demandas e denúncias políticas – nas ruas das suas capitais e noutras cidades, com as seguintes actividades:

Manifestações Nacionais:

Nas ruas da capital da **Bélgica**, Bruxelas, 5.000 mulheres (e homens) de diversos colectivos feministas e de diversos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, participaram numa demonstração no dia 6 de março, com demandas políticas baseadas nos quatro campos de ação da MMM. Para concluir a ação, uma plataforma das demandas das mulheres foi entregue a personalidades políticas.

Mais de 10.000 mulheres viajaram de todas as partes do Reino Unido para marcharem juntas no centro de Londres, **Inglaterra**, no dia 6 de março, para a 3ª edição da ‘Milhão de Mulheres Levantam-se’ (*Million Women Rise*), uma demonstração nacional contra a violência dos homens e em celebração do Dia Internacional das Mulheres. Muitas delas disseram que foi uma experiência emocional, inspiradora e poderosa. Unidas, elas cantaram, bradaram e gritaram “Basta” (“*Enough is Enough*”) e demandaram justiça e liberdade sem violência para as mulheres através do mundo. Juntaram-se a elas oradoras e activistas artísticas que compartilharam as suas histórias e experiências e inspiraram as participantes a continuar a sua luta para pôr um fim à violência dos homens.



Paris, **França**, foi a cidade anfitriã duma demonstração nacional de mulheres no dia 8 de março com 5000 mulheres participantes de muitos colectivos e associações de mulheres, assim como de organizações sindicais e personagens políticas, fazendo lembrar aos observadores que o Dia Internacional das Mulheres é um dia de luta pela igualdade e pela implementação de leis, mais que um dia de celebrações, como é descrito pela mídia de massa. A marcha parou num hospital ao longo do caminho para denunciar o encerro de clínicas para a interrupção da gravidez, que é uma política pública que desrespeita o direito das mulheres a ter acesso a serviços de aborto gratuito e seguro.

No dia 8 de março, mobilizadas baixo o lema “Nós não celebramos, nós denunciemos”, aproximadamente 300 mulheres de 14 colectivos feministas, associações, sindicatos e ONGs marcharam pelas ruas de Atenas, **Grécia**, assim como em cinco províncias dregas. O Dia Internacional das Mulheres foi muito caracterizado por greves e manifestações enormes de trabalhadoras(es) denunciando as medidas de austeridade draconianas impostas pelo governo grego, cujas primeiras vítimas são as mulheres e as(os) imigrantes.

Juntando activistas através do país em Santiago de Compostela, **Galícia**, no dia 13 de março, a MMM lançou a 3ª Ação Internacional com uma marcha (com a presença de 14 ‘caminhantes’, representando os desejos das mulheres para um mundo sem pobreza e violência), com a difusão de demandas e uma celebração na Praça central de Cervantes. Desta forma, as activistas da MMM tornaram visíveis as lutas das mulheres pela liberdade, o protagonismo das mulheres em diversas áreas sociais e políticas, e o respeito pelos direitos das mulheres através do mundo.

A demonstração nacional em Berna, **Suíça**, foi um enorme sucesso com a participação de 8000 mulheres (e umas pequenas centenas de homens apoiadores) de idades diferentes, com a presença importante de mulheres migrantes. A marcha nas ruas estava permeada por motivação, cor e entusiasmo, acompanhada por “caminhantes” suíças, lemas e bandeiras incluindo “Com as mulheres em movimento, o mundo está em movimento!” e “Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”.

Marchas locais, reuniões públicas e outras actividades:

Reuniões e marchas realizaram-se simultaneamente em várias cidades na **Albânia**, a 8 de março: Lezha (no norte), Alba Marini e Durres (no centro do país) e Bajana Cevoli e Fier (no sul). Em Lezha, mulheres jovens do parlamento da juventude e companheiras Roma da associação *North Romas* mobilizaram membros da comunidade e tomadoras(es) de decisão para o fim da violência contra as mulheres, da discriminação e da pobreza das mulheres. Por meio de discursos ao longo do dia, elas convidaram mulheres e homens a juntarem-se a elas na luta para terminar a violência nos lares e nos locais de trabalho.

Entre 8–13 de março, uma caravana feminista – constituída por vários autocarros pequenos, sob o lema “2010 Razões para Continuar em Marcha” – viajou 1000km e passou por vinte aldeias e cidades no **País Basco**, tendo sido iniciada e terminando em Iruña (Pamplona). Foi lançada juntamente com a manifestação a 8 de março em Pamplona e terminou com um

acto político nacional. Durante a caravana recolheram-se testemunhos de mulheres em Altsasu, Lizarra, Gasteiz, Laudio, Zornotza, Durango, Bilbao, Ermua, Zarautz, Donostia, Hazparne, Baiona, Leiza, etc. Também foram recolhidos murais e pinturas por mulheres com o objectivo de usar os desenhos para os vestidos das “caminhantes” nacionais. As actividades diversas organizadas durante a caravana foram não só festivas, mas políticas, com a apresentação de demandas e protestos com a participação de várias milhares de pessoas.

Na **França**, realizaram-se actividades descentralizadas em várias cidades: a marcha pelas ruas de Havre simbolizou as muitas lutas das mulheres; o lançamento da 3ª Ação Internacional em Marselha tinha como tema central a paz e a desmilitarização; a mobilização de activistas feministas em Strasbourg comemorou 40 anos do movimento para a Libertação das Mulheres; a difusão das demandas políticas das mulheres por respeito aos seus direitos fundamentais foi realizada por 25 associações numa ação nas ruas de Toulouse; e em Valréas a ação denunciou o encerramento duma clínica materna.

Cinco cidades na **Galícia** – Coruña, Ferrolterra, Ourense, Pontevedra e Vigo – actuaram como anfitriãs a actividades de mulheres para o lançamento da 3ª Ação Internacional sob o lema “100 anos de lutas, 100 anos de criatividade”. As actividades incluíram oficinas criativas (para construir as ‘caminhantes’, por exemplo), mobilizações, manifestações (por salários iguais por trabalho igual, por soberania alimentar, direitos das mulheres a serviços de aborto gratuito e seguro etc), e ações nas ruas (em solidariedade com as mulheres congoleesas, etc), uma exposição sobre a Palestina e várias apresentações sobre a MMM.

A 3ª Ação Internacional foi apresentada em Milão, **Itália**, a 8 de março, com a apresentação dum vídeo curto internacional sobre a MMM e uma discussão sobre formas concretas de solidariedade feminista ao redor do mundo, ligada – no contexto italiano – a ações organizadas por mulheres e homens migrantes, no início de março, para lutar por seus direitos. As mulheres jovens presentes na actividade em Milão sentiram-se particularmente inspiradas.

No dia 7 de março activistas organizaram um “Dia Aberto das Mulheres” na capital da **Macedónia**, Skopje, cujo objectivo principal era a nova Lei de Igualdade no país, como parte da luta contra a discriminação baseada no género e na sexualidade. Realizou-se uma sessão plenária, seguida por grupos de trabalho sobre os tópicos de género, violência doméstica, violência nos locais de trabalho, a Resolução 1325 da ONU e identidade cultural (com a construção das “caminhantes”).

Em **Portugal** ações e actividades descentralizadas foram organizadas em muitas vilas e cidades diferentes. Em Lisboa, por exemplo, realizou-se a 8 de março uma ação nas ruas com ‘caminhantes’, com o objectivo de aumentar a consciência em relação aos nossos quatro campos de ação. Enquanto que no dia 13 foi realizada em Coimbra uma oficina criativa para construir ‘caminhantes’, onde se mostrou um vídeo e se realizou um debate, e um jantar comemorativo, e nos Açores foi realizada uma marcha pela paz e desmilitarização, acompanhada por actividades culturais. No dia 14, houve uma conferência em Lousão para celebrar o centenário duplo da Declaração do Dia Internacional das Mulheres e da



implementação da República, e no centro histórico do Porto uma marcha ‘*flash-mob*’ foi realizada, seguida por uma dança e festa, no dia 18.

Entre os dias 1 – 17 de março, a MMM realizou actividades e manifestações de diversas formas imaginativas em mais de dez cidades e vilas na **Suíça**, com os campos de ação da MMM como temas centrais. Em Neuchâtel, por exemplo, a apresentação de dança flamenca chamou a atenção da grande audiência às causas estruturais da violência doméstica, enquanto que um parque de esculturas em Basel permitiu às activistas ampliar a consciência sobre as condições de trabalho abusivas e a falta de direitos que as mulheres envolvidas no trabalho de cuidado sofrem, muitas das quais são imigrantes. A violência sexual sofrida pelas mulheres durante a guerra e o impacto de conflitos nas vidas das mulheres foram realçados por meio de palestras dadas em Bienne, uma representação teatral da guerra no Iraque em Zoug e um filme sobre a Bósnia em Lucerne.

Diyarbakir na **Turquia** foi transformada na “Cidade das Mulheres de Diyarbakir” entre os dias 5 – 8 de março, iniciando-se com uma recepção e com um concerto na noite do dia 5 para mulheres representantes de ONGs, sindicatos, organizações de mulheres e mulheres políticas. Durante os dois dias seguintes foram realizadas muitas actividades incluindo seminários, fóruns, concertos, exposições, peças de teatro, etc, e no dia 8 houve uma grande manifestação com a participação de milhares de mulheres, particularmente mulheres curdas, cujas demandas políticas incluíram a necessidade urgente do estado turco iniciar um diálogo para paz e soluções democráticas para as questões curdas. No dia 7, houve também uma grande demonstração em Istambul. Ao mesmo tempo no dia 13, activistas da MMM em Ankara organizaram um fórum acerca da MMM e uma ‘corrente-de-paz’, uma corrente humana nas ruas de Antalya.

AO LONGO DO ANO: AÇÕES REGIONAIS

19 – 21 de março, Reunião Regional Balcã

Em Tirana, capital da Albânia, 65 companheiras de 6 países na região – **Albânia, Bósnia-Herzegovina, Grécia, Macedónia, Montenegro e Roménia** – participaram nesta reunião histórica na qual foi fundada a Rede Balcã da MMM. As participantes concordaram juntar-se em solidariedade e em ação organizada para além das fronteiras na região, na luta contra políticas neoliberais e o patriarcado. Também confirmaram a organização duma caravana feminista Balcã, atravessando vários países em junho e terminado em Istambul para a Ação Regional Europeia (ver abaixo).

1. *Flash Mobs* são aglomerações instantâneas de pessoas em um local público para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, estas se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou rede social.

10 – 12 junho, Reunião Regional Ásia-Oceânia

A meados de junho mulheres de **Bangladesh**, da **Índia**, da **Indonésia**, do **Japão**, do **Nepal**, da **Nova Caledónia**, do **Paquistão**, das **Filipinas**, da **Coreia do Sul**, e do **Taiwan** reuniram-se na Cidade de Quezon, Filipinas, para a reunião regional da Ásia-Oceânia. No dia 11, foi organizada uma demonstração denunciando o imperialismo dos Estados Unidos (EU) na região, as bases militares estrangeiras, a violência contra as mulheres, a exploração sexual das mulheres e o livre comércio, sob os lemas “Já chega de violência militar contra as mulheres! Já chega de guerras e de militarismo dos EU! Parem o apoio dos EU ao Terrorismo de Israel!”

Durante a reunião regional, as participantes desenvolveram um plano de trabalho e um calendário de ações baseados nos nossos quatro campos de ação. Estes incluíam ações simultâneas no início de outubro na luta para o reconhecimento das tarefas domésticas como trabalho, por previdência social e para que os governos promovam políticas dirigidas ao pleno emprego local e sustentável, assim como ações em solidariedade com mulheres da RDC (em outubro), mobilizações entre 11 – 20 de novembro contra o G-20 (na Coreia) e actividades acerca do tráfico e prostituição, em novembro.

As integrantes do nosso Comité Internacional das Filipinas e do Paquistão realçaram o quanto foi positiva a reunião. Participantes estavam muito satisfeitas por terem a possibilidade de compartilhar as suas lutas nacionais e regionais entre elas, e decidiram colectivamente continuar unidas como região, em vez de criarem uma região francófona e uma região de Oceânia em separado.

29 – 30 de junho, Ação Regional Europeia

A Ação Europeia da MMM foi iniciada a 29 de junho com a recepção da caravana feminista Balcã – composta por mulheres da **Albânia**, da **Macedónia**, da **Polónia** e da **Grécia** – na Praça de Gezi em Istambul, Turquia. A partir dali elas marcharam até ao porto onde apanharam o barco até à Ilha de Maiden, um ponto de reunião entre os continentes Asiático e Europeu. Ali, denunciaram práticas e tradições patriarcais que aprisionam as mulheres e as excluem da vida pública com a desculpa de que as estão protegendo.

Mais de 500 mulheres de 25 países (**Albânia**, **País Basco**, **Bélgica**, **Brasil**, **Canada**, **Catalunha**, **Chipre**, **França**, **Galícia**, **Alemanha**, **Grécia**, **Itália**, **Iraque**, **Curdistão**, **Macedónia**, **Marrocos**, **Polónia**, **Portugal**, **Roménia**, **Estado Espanhol**, **Suécia**, **Suíça**, **Síria**, **Turquia**, **Reino Unido**) participaram no fórum de debates realizado no dia seguinte, dia 30. Iniciando-se com apresentações culturais e uma apresentação da história dos movimentos das mulheres turcas e curdas e da situação das mulheres na Europa, as participantes dividiram-se em 13 oficinas e painéis discutindo nossos campos de ação e outras questões, tais como a resistência das mulheres durante as greves das(os) trabalhadoras(es) na Turquia ou o direito das pessoas decidirem o seu futuro. Ao fim da tarde, participantes no plenário exprimiram a sua solidariedade com mulheres curdas, cipriotas, palestinas e iraquianas. Os debates terminaram com a aprovação duma



declaração e dum calendário de ação para 2010, realçando o evento de encerramento da nossa 3ª Ação Internacional na RDC. Ao fim do dia, as participantes no fórum juntaram-se a cerca de 5.000 pessoas, principalmente mulheres, para uma manifestação nas ruas da cidade. Lemas como “jîn, jîjan, azadî” (mulheres, paz, liberdade), ritmos e tamborins animaram as mulheres nas ruas a lutar pela paz.

Durante o Fórum Social Europeu, realizado imediatamente após a Ação Regional, de 1 – 4 de julho – a MMM Europeia realizou uma oficina para partilhar as nossas experiências na construção dum movimento feminista no continente e para falar sobre a nossa 3ª Ação Internacional. Outra actividade foi promovida pela rede da MMM nos Balcãs para partilhar informações acerca das mulheres na sua região.

16 – 23 de agosto, Ação Regional das Américas

Missões humanitárias em 14 regiões da Colômbia, um fórum amplo em Barrancabermeja e uma Vigília pela Vida em frente à base militar de Palanquero em Puerto Salgar formaram as atividades do Encontro de Mulheres e Povos das Américas contra a militarização. A delegação organizada pela MMM era composta por 30 mulheres de 10 países, incluindo delegadas da MMM (**Brasil, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Paraguai, Peru e Quebec**) e movimentos aliados (**Argentina, Brasil e Paraguai**). Este evento permitiu que as participantes confirmassem os interesses económicos e geo-políticos atrás da estratégia militar efectuada pelo governo colombiano durante mais de 40 anos, assim como que mostrassem a sua solidariedade com as companheiras e companheiros colombianos.

Missões humanitárias foram realizadas nos dias 18 e 19, com delegadas visitando 14 regiões colombianas para ver com seus próprios olhos o clima de terror a que são sujeitas diariamente as mulheres e os povos colombianos como parte da militarização dos seus territórios. Após estas visitas cerca de 2.500 pessoas participaram num fórum de debates, nos dias 21 e 22, na cidade de Barrancabermeja. Durante as manhãs as sessões plenárias misturaram actuações culturais com análises e testemunhos políticos de vários grupos de resistência, enquanto que durante as tardes grupos de trabalho se engajaram em debates mais aprofundados e chegaram a acordos para ações comuns. Os debates deram ênfase ao patriarcado como um sistema que apoia o militarismo e o capitalismo e é parte das vidas diárias das mulheres, tais como a humilhação e a violência sexual que elas muitas vezes sofrem.

No dia 23 de agosto, a Vigília pela Vida em frente à base militar de Palanquero, a cinco horas de viagem de Barrancabermeja, marcou o encerramento oficial da reunião. Houve música, dança e teatro, misturados com um grande número de discursos que denunciaram as consequências directas das guerras e dos conflitos nas vidas das mulheres, tais como a apropriação dos seus corpos e a violência sexual, a criminalização de membros de movimentos sociais e restrições na sua liberdade de movimento, e o papel da indústria das armas que se beneficia de lucros substanciais destes conflitos...

AO LONGO DO ANO: AÇÕES NACIONAIS

22 de maio, Mali

A “Marcha por uma Paz Duradoura”, com a participação de 1.000 mulheres e homens de nove províncias do Mali, realizou-se em Gao (na zona do Sael-Sara, onde conflitos armados são recorrentes e onde opera a Al Qaida, Maghreb) no dia 22 de maio. Mulheres viajaram durante dias para estar juntas e manifestar, cantar e dançar com os seus lemas e as suas demandas: “Mulheres em marcha até que todas sejamos livres!”, “Juntas, tudo é possível”, “Mulheres em marcha por um desenvolvimento humano sustentável”, “Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar as vidas das mulheres”, e “Não à proliferação de armas pequenas”. Esta marcha foi a actividade chave da Ação Internacional 2010 no Mali.

12 – 13 de junho, França

Em Paris, foi organizado um fim de semana nacional para a 3ª Ação Internacional da MMM, com um fórum de dois dias chamado “Mulheres em marcha, lutas das mulheres”, que incluiu discussões e debates acerca dos campos de ação da MMM e preparação para a participação francesa no evento de encerramento da 3ª Ação Internacional, na RDC. No sábado à tarde, mais de 800 participantes do fórum também tomaram parte na demonstração nacional da MMM na Praça da República, conjuntamente com 5.000 mulheres de muitos grupos e muitas organizações, seguida por um concerto feminista e um banquete internacional na Praça de Stalingrad. As demandas das participantes para o fim da violência doméstica foram fortalecidas pelo facto que uma mulher da cidade tinha sido assassinada no fim de semana prévio.

O 23 de agosto ao redor do mundo

Em resposta ao chamado à ação feito pelos movimentos que organizaram o Encontro de Mulheres e Povos das Américas contra a Militarização, manifestações nas ruas, declarações e vigílias em diferentes partes do mundo exprimiram solidariedade com as mulheres e os povos da Colômbia e das Américas e condenaram a militarização.

No **Brasil**, foram realizadas ações nas cidades de São Paulo, no sudeste, com distribuição de folhetos denunciando a presença de tropas militares estrangeiras na América Latina, e em Mossoró, no nordeste, um debate acerca da presença de militares estrangeiros no continente e o lançamento do vídeo da marcha da 3ª Ação Internacional no Brasil, juntamente com vários outros movimentos sociais.

Em Barcelona, **Catalunha**, várias mulheres efectuaram uma vigília nocturna contra a guerra e a militarização em frente do consulado colombiano. Na **Colômbia**, uma vigília contra a militarização e pela vida foi realizada num parque em Cali, organizada pelo “Colectivo de Não violência”. Em Maracaibo, no estado de Zulia, **Venezuela**, uma actividade cultural com a apresentação de vários grupos musicais e uma peça de teatro juntou vários grupos,



organizações e instituições sob o lema “Pela vida e pela integração da América Latina, não à militarização na nossa América”.

Na outra parte do mundo, na **Coreia**, mulheres foram para a rua demandando o fim de actividades militares americanas na península da Coreia, para denunciar a ameaça à paz mundial representada pela dominância militar americana e oporem-se à instalação de novas bases militares na Colômbia. A 19 de agosto, houve ações em frente à base militar de Bupyeong em Incheon.

Agosto – outubro, preparação da caravana do Quénia

Uma caravana pela paz com 19 mulheres foi organizada pela MMM–Quénia, que partiu de Nairobi muito cedo no dia 11 de outubro e que viajou durante 3 dias – passando pela comunidade de Samburo e por Kericho no Quénia, Kampala na Uganda e em Kigali no Ruanda – antes de chegar a Bukavu para o evento de encerramento.

O processo preparatório para a caravana foi integrado com as actividades das CNs como parte da 3ª Ação Internacional e como um movimento permanente. As companheiras Quenianas organizaram actividades de sensibilização - tais como fóruns comunitários e um vídeo de denúncia da realidade vivida pelas mulheres congolezas, a violência sexual sofrida por estas, e as causas e os interesses económicos e geo-políticos por detrás do conflito. Realizaram actividades culturais e para angariar fundos, e também campanhas para facilitar o acesso aos documentos de identidade pelas mulheres indígenas para que elas pudessem viajar para fora do Quénia e participar na caravana.

30 de setembro e 1º de outubro, Haiti

Numa oficina a 30 de setembro, cerca de 60 mulheres de diferentes organizações de mulheres através do país juntaram-se para debater as suas demandas relacionadas com as quatro áreas de ação da MMM. No dia 1º de outubro, estas demandas foram entregues, na presença de cerca de 100 pessoas, às autoridades do Haiti tais como o director geral do Ministério da Agricultura, um representante do Primeiro Ministro, o secretário geral da segurança pública e a mulher que tem o título de “protectora de cidadãos”, sendo ela a pessoa que faz a ponte entre a sociedade civil e o estado do Haiti. Ela assumiu o compromisso de transmitir estas demandas às autoridades pertinentes, para seguimento.

12 – 17 de outubro, Quebeque

Ação nacional da MMM em Quebeque consistiu numa série de marchas e ações em cidades diferentes, realizadas entre 12 e 16 de outubro, culminando numa grande manifestação no dia 17 de outubro em Rimouski. Cada dia foi dedicado a demandas relacionadas com os nossos campos de ação, com prioridade dada aos direitos das mulheres indígenas no dia 16. A participação no dia 17 de outubro excedeu todas as expectativas, com 10.000 pessoas juntas em solidariedade com as mulheres da RDC e para denunciar a violência contra as mulheres nos países em guerra.

28 de outubro, Togo

No regresso de Bukavu, RDC, activistas da MMM–Togo organizaram uma oficina para partilhar notícias sobre o evento de encerramento da 3ª Ação Internacional, com a participação de várias associações de mulheres.

27 de novembro, Moçambique

Mulheres de Maputo, a capital de Moçambique, e das 10 províncias do país participaram numa ação nacional no dia 27 de novembro, organizada no marco da 3ª Ação Internacional. Uma grande marcha celebrou os 10 anos do aniversário da primeira Ação Internacional e das lutas da MMM pelos direitos das mulheres, enquanto que outras ações simultâneas se efectuaram em todas as províncias.

EVENTO INTERNACIONAL DE ENCERRAMENTO, 13 – 17 DE OUTUBRO

O evento de encerramento da 3ª Ação Internacional foi celebrado em Bukavu, Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, e consistiu numa série de actividades: painéis sobre os quatro campos de ação da MMM; uma visita de solidariedade a Mwenga com a inauguração dum memorial; um dia de troca de experiências entre a MMM de diferentes regiões do mundo e as mulheres congolezas; uma feira de soberania alimentar e artística; plantio de árvores; e uma Marcha das Mulheres pela Paz.

A delegação internacional da MMM era constituída por 144 mulheres de 40 países de cinco regiões do mundo. Juntamente com as delegações organizadas por movimentos aliados (CADTM – Comité para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo, a Caravana Belga para Paz e Solidariedade, CECI – Centro para Estudos e Cooperação Internacionais no Canada, CSI – Confederação Sindical Internacional – e a WILPF – Liga Internacional de Mulheres para a Paz e Liberdade) éramos 220 mulheres de 41 países, a maioria de países africanos. As maiores delegações eram do Burundi e do Quênia, seguidas pela delegação europeia, constituída por 10 países. A diáspora congoleza estava presente nas delegações belga, francesa e inglesa.

O evento de encerramento foi também um grande sucesso de mobilização na RDC. Ali, as companheiras da MMM falaram de “*engoument*” – a ‘febre’ da Marcha Mundial das Mulheres – resultando em que todas as mulheres quisessem sentir-se parte do evento. Os números falam por si: um número estimado de 3.000 pessoas, a maioria das quais eram mulheres, vindas das 11 províncias da RDC, participaram em painéis e noutras actividades realizadas no Ateneo Ibanda (13 – 16 de outubro). Além disso, 250 jornalistas – tanto correspondentes nacionais como internacionais – estavam registradas(os) para cobrir o evento. Cerca de 1.000 pessoas participaram na visita a Mwenga, à qual se juntaram cerca de 2.000 pessoas locais, assim como 20.000 mulheres (e homens) de diversas correntes políticas e sectores sociais participaram na Marcha das Mulheres pela Paz no dia 17 de outubro.



17 DE OUTUBRO: AÇÕES NACIONAIS DE SOLIDARIEDADE

Enquanto uma delegação internacional estava em Bukavu, mulheres de diferentes partes do mundo tomaram parte em ações nas ruas e em outras actividades simultâneas ao evento de encerramento da 3ª Ação Internacional. A solidariedade com mulheres que vivem em zonas de conflito foi demonstrada por mulheres de 10 CN's (nalguns países, em mais duma cidade ou vila):

10 de outubro

Actividades da MMM em Bruxelas, **Bélgica**

13 de outubro

Actividade em Potosi, **Bolívia**, em solidariedade com mulheres na RDC

13 – 17 de outubro

Uma série de ações locais e marchas em **Quebeque**

14 de outubro

Ação da MMM, em Neuchâtel, **Suíça**

16 de outubro

Conferência da MMM sobre os direitos humanos das mulheres, Rabat, **Marrocos**

Manifestação da MMM, em Canaletas, Barcelona, **Catalunha**

Ação da MMM em solidariedade com as mulheres da RDC, Cologne, **Alemanha**

16 – 17 de outubro

Mobilização dos comités da MMM nos diferentes estados do **Brasil**, para o encerramento da 3ª Ação Internacional

Manifestações na **França**: Paris, Narbonne, Valence, Marseille, Rennes e Périgueux

17 de outubro

Encerramento da 3ª Ação Internacional, **Galícia**

Ação da MMM em Rimouski, **Quebeque**

Segunda ação da MMM, em Bern, **Suíça**

18 de outubro

Actividades da MMM em Chiapas, **México**

21 de outubro

Evento da MMM “Mulheres em conflitos”, Montpellier, **França**

Para mais informações acerca das nossas ações de solidariedade em torno ao 17 de outubro ou nos dias próximos, visitar a página: http://www.mmm2010.info/news-1/acciones-en-solidaridad-a-las-mujeres-congolesas?set_language=en

“Estaremos em marcha até que todas sejamos livres!”



Documento 6





O contexto socio-político-económico*

O oitavo Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) vai ser realizado em novembro de 2011. Este é um momento importante para nós, não só para avaliar a nossa 3ª Ação Internacional, mas também para melhorarmos o nosso trabalho como um movimento anti-capitalista, feminista e de base. Precisamos construir uma análise comum das consequências da crise do modelo capitalista, a qual foi mais sentida em países considerados centrais no sistema capitalista. Também precisamos analisar o conservadorismo e a militarização crescentes através do mundo.

Este documento, escrito pelo Comité Internacional, pretende contribuir com informações para os debates que estão a decorrer como parte dos processos preparatórios das Coordenação Nacionais, para o Encontro Internacional. A base deste documento é uma análise das crises capitalista, económica, financeira, ambiental, e de reprodução social, que têm causado um aumento em desigualdades e contradições numa sociedade marcada pela violência contra as mulheres como um instrumento permanente para controlar seus corpos e suas vidas. Sugerimos complementar este documento com outras análises dos contextos regionais, nacionais e locais. Todas as contribuições e todos os comentários, etc, são bem-vindos. O Secretariado Internacional receberá contribuições para o texto até 11 de setembro. Reconhecemos que a situação política e sócio-económica muda constantemente e realçamos que este não é nem será um documento final. Convidamos a lê-lo não só com outros grupos participantes da MMM, mas com outros movimentos e outras organizações que compartilham a nossa visão e os nossos valores.

O momento actual pode ser analisada por perspectivas diferentes, que não são necessariamente contraditórias. A crise financeira, o desemprego e os níveis de dívida nos países do Norte abriram espaço para o questionamento do modelo corrente e do discurso neoliberal, e para um aumento em mobilizações sociais. No entanto, políticas neoliberais continuam a ser mantidas. Prevaecem as mesmas “soluções” neoliberais à crise, com cortes nos gastos públicos, ataques aos direitos das mulheres trabalhadoras, e manutenção e aumento da taxa de lucro das empresas, inclusive das financeiras, e do dispêndio militar. A pressão está crescendo sobre os “activos reais”, tais como terras e imóveis, resultando no açambarcamento de terras camponesas, indígenas e tradicionais, e no adiamento da reforma urbana. Ou será que os países do Sul se beneficiam do aumento de preços das matérias primas (*commodities*) e do facto que as suas economias são mais dirigidas para mercados internos?

*Texto para debate durante o 8º Encontro Internacional da MMM (novembro de 2011)

O que é inequívoco são os ataques dos setores ultra-conservadores aos nossos direitos – civis, sexuais e reprodutivos – como mulheres, através de meios tanto públicos como político-eleitorais. A mídia de massa – controlada por grandes companhias, muitas vezes multinacionais, ou por famílias poderosas nalguns países – apoia e fortalece esta ofensiva contra as mulheres assim como a criminalização da pobreza e das lutas sociais. Até agora, os setores de esquerda não foram capazes de responder efectivamente a estes ataques.

Apesar da existência de várias leis contra a violência de género, temos testemunhado a intensificação da violência contra as mulheres, expressa no feminicídio. Em particular, temos notado em todos os continentes o aumento de violência contra mulheres (e as suas famílias) que estão ativas em movimentos sociais. Esta situação também se reflete na violação e perseguição de mulheres, particularmente no contexto de militarização.

Crise, trabalho, migração

O trabalho feito pelas mulheres, nas suas múltiplas formas possíveis, está ao centro da organização económica e de mercado das nossas sociedades no sistema capitalista, racista e patriarcal. Até hoje as mulheres são primariamente responsáveis pelo trabalho de cuidado em casa, nas suas comunidade ou no setor de serviços, reproduzindo portanto o modelo que lhes tem sido historicamente designado pela sociedade capitalista e patriarcal. As mulheres estão presentes em maior números do que os homens nos tipos de trabalhos que sustentam comunidades inteiras, tais como produção agrícola e camponesa, pesca artesanal ou manufatura em pequena escala. Elas também estão mais ativas na produção económica e em setores que dependem de mão de obra intensiva dentro do mercado contemporâneo globalizado, tais como as indústrias de manufatura de roupa e sapatos e de agro-exportação.

Um dos elementos desta crise sistémica é a crise do modelo de reprodução social baseado na divisão sexual do trabalho, que atribui trabalho produtivo (produção de mercadorias) aos homens e o trabalho reprodutivo às mulheres. Além disto, uma hierarquia é estabelecida, na qual o primeiro é mais importante do que o último. Na actual fase neoliberal do capitalismo, o trabalho de cuidado, relações humanas e a organização do trabalho e do consumo estão submetidos às regras do mercado, baseadas em “eficiência” e “eficácia”, que tem como objectivo aumentar o lucro.. Isto é particularmente evidente na privatização dos bens comuns, tais como os serviços públicos de saúde, de educação e de distribuição de água. Frente ao enfraquecimento pre-planeado e à não existência de serviços públicos e de cuidados comunitários (para crianças, as(os) doentes ou idosas(os), etc), as mulheres assumem individualmente estas tarefas, historicamente invisíveis e não remuneradas.

Esta situação de exploração estimula a migração das mulheres entre países do hemisfério Sul e, principalmente, para países do Norte. Nalguns casos, isso provoca situações nas quais um porcentage de mulheres do Norte terminam por explorar mulheres migrantes para cumprir, ao mesmo tempo, com o trabalho nas esferas reprodutiva e produtiva. Esta situação é exacerbada por políticas governamentais, por práticas de companhias e pelo crime organizado que atua no tráfico de mulheres para o trabalho forçado.



Em muitas comunidades¹, a renda da Diáspora permite a sobrevivência diária de famílias e o melhoramento da infraestrutura local, em situações em que o Estado está totalmente ausente. Os governos dos países de origem migratória estão interessados nestas rendas para diminuir a pressão interna por empregos e serviços e para garantirem os recursos financeiros necessários para pagar as dívidas e patentes às companhias multinacionais. Por outro lado, as companhias e os governos do norte estão interessados em receber trabalhadoras(es) migrantes porque estas(es) aceitam condições precárias e são as(os) primeiras(os) a serem dispensadas(os) quando a necessidade diminui.

Apesar da crise, do desemprego, das reduções na renda e mesmo da volta de migrantes para os seus países de origem, o volume de remessas enviadas para seus países por homens trabalhadores e mulheres trabalhadoras continua a exceder o valor total da ajuda pública ao desenvolvimento.

Uma vez mais, as mulheres continuam invisíveis dentro do debate acerca da crise: o desemprego entre os homens é salientado, enquanto que se ignora o facto que as mulheres só mantiveram os seus empregos porque a sua inserção no mercado do trabalho foi sempre baseada em menos direitos e salários menores. Pleno emprego tem raramente sido uma opção para as mulheres. Estatísticas oficiais não levam em conta o desemprego entre as mulheres. Além disso, o desemprego entre as mulheres fica escondido atrás do trabalho de cuidado com as crianças e o lar, a troca de serviços e em actividades mal pagas.

Em geral, a crise está a ser usada para impor perdas de direitos às(os) trabalhadoras(es), a redução dos seus salários, e despedimentos em massa no setor público, onde existe uma grande concentração de mulheres. Apesar dos protestos e das greves nalguns países e setores, os sindicatos não estão a conseguir a reagir suficientemente. Em muitos países, além da redução de salários, tem havido uma subida nos preços de alimentos e de serviços básicos, aumentando portanto a pobreza.

Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a remuneração do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB) continua a diminuir em relação à remuneração do capital. Como parte dos ajustes estruturais que estão a ser adoptados, temos observado mudanças sendo feitas nos programas de pensões e de segurança social nos países em que estes existem.. Estas mudanças estão a ter um maior impacto nas mulheres, que já eram discriminadas por esses mesmos sistemas, que não reconhecem a reprodução social como trabalho.

Crise e conservadorismo

No quadro da crise, vemos também o avanço de uma abordagem ultraconservadora, que relega todo este debate para o segundo lugar e recoloca na agenda o elogio à família patriarcal e a responsabilização das mulheres pelos problemas da sociedade (incluindo o

1. Tais como no Mali, no Peru e no Equador

desemprego masculino). A xenofobia, o racismo, a lesbofobia e a homofobia são elementos adicionais deste modo de pensar.

Os setores religiosos conservadores – sejam eles católicos, evangélicos, hindu ou muçulmanos – continuam a suas ofensivas contra os direitos legítimos das mulheres ou contra as suas lutas por estes direitos. Estes grupos não só exercem pressão a partir do exterior mas também estão presentes dum modo muito organizado dentro do poder to Estado (legislativo, executivo e judiciário) e de instituições. Isto é visível, por exemplo, nos ataques de setores cristãos contra os direitos reprodutivos e sexuais e na ofensiva de setores muçulmanos contra a aprovação e a implementação de códigos de família que reconhecem que as mulheres têm os mesmo direitos que os homens.

Necessitamos duma análise mais profunda sobre as conexões entre esta ofensiva ultraconservadora e a maior exploração do trabalho das mulheres. Por exemplo, os modos como os ideais da família patriarcal são usados para encorajar homens desempregados a acreditar que têm o direito de controlar a intensidade e a remuneração do trabalho de suas mulheres, ou como o assédio sexual é usado pelos homens para controlar o trabalho das mulheres nas fábricas (“sweatshops” ou “maquillas”). Ou ainda, sobre como a violência sexual é usada para castigar mulheres que demandam os seus direitos e como forma de espalhar o terror.

Para fortalecer este modelo capitalista e patriarcal e suas “soluções” à crise, as alianças com setores conservadores, incluindo aqueles ligados a fundamentalistas religiosos, são multiplicadas. Em teoria, o “desenvolvimento capitalista” quebra os laços de família ou de clã para que cada indivíduo esteja livre para vender o seu trabalho ou consumir como desejar. Esta ideologia da experimentação e “do novo” promove a produção de bens (muitos dos quais não têm utilidade e constituem riscos à saúde), a circulação de mercadorias e as taxas de lucro. Contudo, na realidade o capitalismo sempre dependeu da família para produzir trabalhadoras(e)s treinadas(os), cujas necessidades básicas são preenchidas graças ao trabalho das mulheres. Portanto, em momentos de crise o adestramento das classes trabalhadoras é fortalecido apelando-se aos valores da família e às mulheres como as suas guardiãs.

É evidente como a democracia e os direitos básicos estão sob ataque ao redor do mundo, desde o funcionamento selectivo dos sistemas jurídicos (muito vagarosos quando se trata de ataques a direitos colectivos e muito rápidos quando tratam da criminalização dos pobres, migrantes e lutas sociais) às situações extremas tais como o apoio a *coups d'état* (golpes de estado) (tal como nas Honduras).

Esta ofensiva ultraconservadora faz uso da posse e do controlo da mídia de massa para levar a cabo uma guerra ideológica com o único fim de distrair e desviar a atenção das pessoas para longe das questões estruturais, assim como para impor as sua análises e “soluções” à crise. Além disso, as mulheres são usadas como porta-vozes públicas para o conservadorismo político: do mesmo modo como a Margaret Thatcher era a expressão



do neoliberalismo e o enfraquecimento da organização sindical em 1980, a Sarah Palin² e a Marine Le Pen se realçam como expressões públicas dum fascismo “moderno”, contra o qual devemos lutar para não deixar fortalecer as suas posições.

A mudança climática e a crise ambiental e de energia

No que diz respeito ao debate sobre o clima, movimentos ambientais, indígenas e camponeses conseguiram que outros movimentos e setores sociais compreendessem a crise no marco de um modelo que promove uma relação conflituosa entre humanos e companhias com o meio ambiente. Consequentemente, têm-se organizado ações conjuntas contra as falsas soluções para a mudança climática.

O capitalismo verde apresenta como resposta para a crise ambiental mecanismos como a criação de mercados de crédito de carbono e a substituição de veículos de uso pessoal, utensílios domésticos ou produtos ineficientes por modelos que usem energia renovável. A promoção desta designada ‘energia limpa’, tais como os agro-combustíveis, resulta na expansão de monoculturas, açambarcamento de terras, a contaminação da natureza através de sementes geneticamente modificadas (transgénicos) e do uso intensivo de químicos, sem respeitar os direitos das comunidades. A energia nuclear é também considerada “limpa” pelo capitalismo verde. Em termos gerais, torna-se claro que regiões mais pobres ou “menos desenvolvidas” (do ponto de vista do modelo capitalista) se tornam áreas que fornecem energia para regiões mais ricas industrializadas. Isto é válido para ambos, os países pobres e ricos, tais como o Japão, onde o terramoto e o tsunami de 11 de março 2011, revelou ao mundo as desigualdades económicas entre a região em que se localiza a central nuclear de Fukushima e o resto do país. Em muitos outros países, centrais de energia estão a ser instaladas em territórios de povos nativos e camponeses, para servirem a grandes centros industriais e não às comunidades nos seus arredores.

Apesar dos seus discursos e da sua propaganda sobre responsabilidade ambiental, as grandes corporações transnacionais mineiras e petrolíferas mantêm os seus projectos que levam à destruição de grandes áreas de terra e ao uso intensivo e à contaminação da água. Mais ainda, elas estão muitas vezes envolvidas em trabalho escravo e em conflitos armados.

Os grandes projectos e os desastres sociais que pioram ocorrências naturais tais como terremotos, chuvas torrenciais e secas provocam o desalojamento de populações e a reocupação de territórios por companhias grandes ou governos estrangeiros, um processo conhecido como açambarcamento de terras. Pelas mesmas razões processos semelhantes estão a ocorrer em áreas urbanas, ou devido a grandes eventos internacionais de desporto, ou como resultado da indústria do turismo e do entretenimento ou puramente por fins especulativos.

2. A Sarah Palin foi candidata vice-presidencial nos Estados Unidos em 2008 para o Partido Republicano e é a figura pública principal do “Tea Party”, um movimento político conservador e anti-estado. A Marine Le Pen é presidente da National Front (Frente Nacional), o partido da extrema direita na França.

Existem muitos pontos em comum entre as estratégias das companhias e o discurso de apropriação/dominação da natureza, dos territórios e dos corpos das mulheres. Semelhantemente, existem paralelos entre o uso do meio ambiente e do tempo das mulheres: parecem inesgotáveis e flexíveis, sendo usados como uma variável que pode ser ajustada facilmente e continuamente para assim manter os lucros imunes às crises cíclicas do capitalismo.

Necessitamos de fortalecer a nossa ação política para reclamar não só o território das mulheres – os seus corpos e as suas terras – mas também a água, a biodiversidade e a cultura das pessoas que vivem nestes territórios há gerações.

A ofensiva do mercado ao meio ambiente é apresentada como uma solução para muitos elementos da crise atual: por exemplo, as novas formas de circulação monetária – tais como o mercado de créditos de carbono – que não só não estão de qualquer modo relacionadas com a produção genuína de bens e serviços, mas que de facto promovem o “direito” de poluir que é negociado nas bolsas de valores. A renovação de legitimidade aos processos de negociação das Nações Unidas (ONU) é outro exemplo, como reflectido na Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Mudança Climática da ONU e na próxima Conferência Rio+20, ambas reminescentes das conferências da Organização Mundial do Comércio (OMC). Elas garantem também uma legitimidade renovada ao Banco Mundial, conhecido por financiar grandes projectos que causam devastação ambiental, e agora responsável pela gestão do fundo do clima.

Neste contexto há novas tentativas de instrumentalizar as mulheres. REDD (*Reducing Emissions from Degradation and Forest Degradation* = Reduzindo Emissões por Degradação e Desflorestação) é um mecanismo que tira dos povos originais o controle das florestas onde vivem há gerações, transferindo-o aos governos, companhias privadas e ONGs a seu serviço. Em troca, prometem-se recursos às mulheres (possivelmente provenientes do mercado de carbono), semelhantemente ao que lhes foi prometido durante as negociações da OMC no passado para o patenteamento de seu conhecimento tradicional. Organizações indígenas e camponesas criticam enfaticamente este mecanismo, mas algumas ONGs que trabalham com mulheres espalham propaganda ostensiva, alegando que REDD dá uma “oportunidade para as mulheres”, como quem diz que as mulheres iriam beneficiar-se de recursos que supostamente iriam ser transferidos às suas comunidades.

A ilusão de que muitos recursos circularão em torno ao tema da mudança climática, com aportes das companhias, cria confusão considerável entre organizações sociais, especialmente num contexto de cortes no apoio público para o desenvolvimento e na angariação de fundos por movimentos sociais no Norte.



Dívida e livre comércio

O aumento da pobreza e da dependência nacional como consequência de programas de ajustamento estrutural e, mais recentemente, da crise financeira, revelam a fraqueza das estratégias neoliberais. Mesmo assim, os pilares básicos desta estratégia – endividamento e livre comércio – continuam a operar e estão mesmo em expansão.

O aumento do endividamento das famílias, mesmo no contexto de altos níveis de desemprego e de salários baixos, continua a ser uma forma de estimular o mercado de consumo sem redistribuir a riqueza.

Governos se endividam utilizando o crescimento futuro como garantia. Além da hipoteca imposta a gerações futuras, muito desta dívida é usado para construir infra-estrutura necessária para as grandes companhias transnacionais que estão presentes no país. Em momentos de crises de dívida, o discurso dominante demanda o pagamento destas dívidas com cortes nos serviços públicos.

As negociações para a redução da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) continuam a exigir privatizações das contrapartes ou leis nacionais que beneficiem os interesses das companhias transnacionais.

O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) continuam a impor condições para as negociações, embora sua legitimidade não seja a mesma que era na década de 1980. Hoje em dia, os países tem acesso mais fácil a empréstimos de dinheiro, com basea em troca de produtos, ou mesmo por meio de investimentos directos da China.

No que se refere à abertura de mercados a produtos e a investimentos estrangeiros, observamos a adopção de duas estratégias: a continuidade de negociações de tratados bilaterais entre países ou sub-regiões directamente com os Estados Unidos e/ou com a União Europeia, e a retomada de negociações para concluir a Rodada de Doha da OMC, paradas desde 2005, mas com as quais se comprometeram os governos presentes à reunião ministerial de novembro de 2009 em Genebra (Suíça) -. Tanto em tratados bilaterais como na OMC, a predominância das regras do mercado estende-se da “livre circulação de mercadorias” para a livre circulação de serviços, tais como acesso à saúde, educação e água, que no passado não eram considerados como bens negociáveis.

Dada a ilegitimidade das instituições financeiras multilaterais e o impasse atingido por projectos neoliberais de integração económica, movimentos sociais – especialmente nas Américas – têm debatido com os governos da região propostas alternativas para a integração regional. Estas propostas se baseiam na lógica da solidariedade, da complementaridade e da redução de desigualdades. Também têm sido discutidas outras formas de integração financeira, tais como o Banco do Sul.

Por outro lado, no contexto duma crise difundida, os países ricos têm estado a promover o G-20 desde o fim de 2008 como um modo de retomar e/ou acelerar negociações de

comércio numa forma não transparente e não democrática. O G-20 é a reunião dos 20 países mais ricos no mundo (o G-8 e os países “emergentes” tais como o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul, que representam dois terços do comércio e da população mundial e mais de 90% do Produto Mundial Bruto. Graças aos recursos postos ao seu dispor, particularmente por países emergentes do G-20, o FMI e o Banco Mundial ganharam novo ímpeto, impondo mais uma vez as suas políticas de austeridade em países de ambos os hemisférios, Norte e Sul. Por exemplo, em situações de emergência tais como aquela no Haiti, foi o BM (em vez do Banco do Sul) quem coordenou os recursos destinados à reconstrução do país, com pouca autonomia do governo nacional e uma ausência total da sociedade civil. Além disto, o G-20 aponta para um novo modelo de governação económica e financeira, pois hoje em dia define as orientações do BM e questões importantes da agenda da ONU.

Aumento da militarização

Como uma forma de activar a economia num período de crise, em muitos países tem havido um aumento nos gastos governamentais em segurança e na compra de armas, que é combinado com o objetivo de fortalecer o controle militar sobre o território (o que inclui água, terra agrícola, recursos minerais e biodiversidade).

Apesar da crise económica e dos cortes em gastos pelos governos, o dispêndio militar continua a crescer. Barack Obama, recipiente do Prémio Nobel da Paz, propôs para 2011 o maior orçamento militar da história – 708 bilhões de dólares, um aumento de 7,1% em comparação com 2010. Em 2008 os Estados Unidos foram responsáveis por 41,5% dos dispêndios militares no mundo, seguidos pela China, responsável por 5,8% do total.

Além do aumento em dispêndios militares, o contexto global é caracterizado pela presença de Companhias Militares Privadas – uma indústria que é responsável pela circulação de bilhões de dólares todos os anos – e pela militarização do cotidiano das pessoas. Exemplos incluem a militarização do apoio humanitário no Haiti e a chamada segurança pública em áreas urbanas pobres.

O discurso de “pacificar”, democratizar ou assegurar os direitos das mulheres em países específicos é utilizado por muitos países do Norte para justificar ocupações militares, como foi o caso no Afeganistão ou no Iraque, e agora na Líbia. Esses discursos escondem os interesses reais das potências de controlar os territórios e os seus recursos naturais e humanos. A retórica do Ocidente acerca da defesa da democracia e dos direitos das mulheres se revela bastante hipócrita quando consideramos as mortes entre a população civil – mulheres e crianças na maioria – e a destruição de infra-estrutura básica, tais como acesso a água e à habitação nos países ocupados.

Como se não bastasse, os ataques e as ocupações militares estrangeiras levam ao fortalecimento de estruturas autoritárias nas comunidades, que reagem à ameaça externa impondo valores reacionários e mesmo a privação de liberdades individuais. No dia a dia,



as mulheres são confrontadas com a necessidade de encontrar um meio termo entre, por um lado, o respeito a regras tradicionais que dão coesão às suas comunidades e, por outro, o exercício— ou o desejo de exercer — a liberdade individual. Como consequência de cada ofensiva racista, xenofóbica, ou de ocupação estrangeira, as mulheres têm menos e menos espaço para manobra. Mais ainda, em situações de conflito, grupos armados cooptam membros das comunidades e disseminam desconfiança. Mulheres jovens são muitas vezes usadas como informantes, induzidas através de estratégias que incluem relacionamentos românticos com soldados, etc.

Como já foi observado na governação global financeira, há também uma reestruturação no aspecto militar. Em novembro de 2010, a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança que junta os Estados Unidos com outros 27 países europeus (correspondendo a 75% do orçamento militar global), adoptou um novo “conceito estratégico”: o de auto-designado guardião da paz e da ordem internacional, não só no hemisfério do Norte mas também numa perspectiva global. Para preencher este papel, seus membros muitas vezes manipulam os procedimentos de tomada de decisões no Conselho de Segurança da ONU, utilizando a retórica de protecção da vida das populações civis quando lhes interessa, como no caso da Líbia, ou ignorando-a quando essa não é conveniente como em relação à carnificina na Palestina executada por Israel, por exemplo.

Por outro lado, a resistência à presença de bases militares dos Estados Unidos em solo estrangeiro está a aumentar: por exemplo, Rafael Correa, o presidente do Equador, cumpriu com a sua promessa de campanha de não renovar o acordo de utilização da Base Aérea de Manta por parte dos Estados Unidos, o que forçou este país a parar seu uso a partir de setembro de 2009. Estima-se que existam de 800 a 900 bases militares com a presença de tropas dos EUA ao redor do mundo. Porém, quando um país ou comunidade ganha a luta para fechar uma base ou expelir tropas estrangeiras o pessoal militar e as instalações movem-se meramente para outra região ou para outro país.

Hoje, existem uma série de conflitos armados no mundo e, na maioria os corpos das mulheres são usados como uma arma e espólios de guerra. Através de várias resoluções do Conselho de Segurança, a ONU reconhece este facto formalmente.

A resolução 1325 foi adoptada em 2000 e desde então outras resoluções têm lidado com a questão da violência contra as mulheres em situações de guerra. Estas resoluções reconhecem também a participação das mulheres na resolução de conflitos, na definição de prioridades para reconstruir o país, e no desenvolvimento de relações sociais pós-conflito. O objectivo é alcançar uma maior participação das mulheres o que possivelmente poderia fortalecer processos de reconciliação comunitária e dar prioridade às recomendações das mulheres para orçamentos e para a reorganização da vida económica e social. Porém, até agora tem sido reduzida ao objectivo numa maior participação de mulheres naquilo que é designado operações de paz e estabilização: actualmente as mulheres representam 8% deste contingente; o objectivo para 2014 é aumentar esta proporção para 20%.

A maior participação das mulheres em processos de negociação deve estar associada à afirmação duma agenda política que confronta as causas dos conflitos e dos ataques aos direitos humanos e à integridade das mulheres. , O principal desafio hoje está na construção duma agenda das mulheres em torno à questão da militarização, que exprima as vozes e experiências de mulheres da base assim como pontos de vista feministas, anti-capitalistas.

Actualmente a ONU leva a cabo 27 operações através do mundo, 16 das quais são missões. A MMM está presente na forma de Coordenação Nacional ou com grupos de contacto em países com uma presença militar da ONU tais como o Haiti, o Saara Ocidental, a Costa do Marfim, a República Democrática do Congo, o Chipre e a Índia/Paquistão. As mulheres nestes países exprimem várias preocupações acerca da presença destas missões, especialmente quando se tornam permanentes. As populações locais vêm-nas como tropas de ocupação que provocam uma distorção da economia local devido aos salários (em dólares) mais elevados dos seus empregados e do pessoal militar, e que criam uma rede de exploração sexual de raparigas e mulheres em seu entorno. Algumas activistas da MMM argumentam que trabalhando para a integração do género na política militar, acabamos por militarizar a política de género. Percebemos que esta discussão não pode ser reduzida a como garantir a integração do género na política de segurança da ONU, sem pormos em questão a política em si mesma.

A MMM neste cenário: resistindo e afirmando as nossas alternativas

Em 2010, realizámos a nossa 3ª Ação Internacional, mobilizando milhares de mulheres em 75 países em torno aos nossos quatro campos de ação: Trabalho das mulheres (autonomia económica das mulheres); os Bens Comuns e serviços públicos; Paz e desmilitarização; Violência contra as mulheres. Através destas ações denunciámos as soluções falsas à crise, que somente agravam o modelo capitalista, patriarcal e racista, e tentámos realçar alternativas que emergem da base.

No decorrer dos últimos três anos, avançámos com a consolidação da nossa identidade através de reflexão e da organização dos nosso compromissos e das nossas demandas em cada um destes campos de ação (ver <http://www.marchemondiale.org/actions/2010action/text/en>). No contexto da crise sistémica, os campos de ação foram especialmente úteis na organização da nossa crítica como MMM ao modelo, tanto para as nossas activistas de base como também para parte do nosso diálogo com aliadas(os) e a sociedade em geral. Os campos de ação traduziram concretamente a nossa luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres, e foram pontos de referência para nossas Coordenações Nacionais (CN's) na construção das suas plataformas nacionais.

No entanto, avaliámos que ainda necessitamos trabalhar na articulação entre os quatro campos de ação e resgatar a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade para



construirmos e fortalecermos os princípios que ligam as nossas lutas. O nosso desafio permanente é como desenvolver análises e ações que concretizem formas alternativas de organizar produção e reprodução. Isto reforça ainda mais a necessidade contínua de nos enraizar e construir a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento permanente.

O período 2011-2012 tem de ser um de resistência e de luta intensa para evitar perder terreno nos direitos e nas condições de vida dos povos. Revoluções nos países Árabes e em África mostram que a deterioração nas condições de vida pode ser seguida por ações e manifestações, em muitos casos levando ao colapso de governos historicamente alinhados com as políticas de exclusão dos países ricos. Em todos estes processos, as mulheres participam activamente, sendo igualmente aprisionadas ou mortas em defesa da verdadeira democracia. Temos que estar alertas para que a nossa presença seja também assegurada durante os momentos de transição e que tais vitórias não sejam revertidas em ações que aumentam o controle e a violência contra as mulheres.

Agora, mais que nunca, temos de realizar formação política e actividades de reflexão para enfrentarmos a disseminação de ideologias ultraconservadoras, ao mesmo tempo que temos que inovar na forma como organizamos e sustentamos nosso movimento.

Desafios na construção da MMM como movimento

Vincular reflexão e ação comum em vários níveis (local, regional, internacional)

Nos últimos anos, percebemos que não podemos trabalhar com os campos de ação dum modo estagnante e fragmentado. Para construir um movimento feminista que mobilize permanentemente grandes números de mulheres através do mundo, temos que continuamente procurar interligações entre eles. Para fazermos isto temos que observar e defrontar as mudanças no contexto político-social-económico, para que as demandas acordadas em nível internacional continuem a ter um impacto. Além disso, temos que constantemente estabelecer vínculos entre o contexto global e as nossas lutas e questões em nível nacional, e temos que trabalhar em diferentes níveis com base em uma estratégia comum. Desta forma, a nossa análise do contexto, as nossas demandas e os nossos compromissos não estão separados da construção da MMM como um movimento e dos desafios que daí resultam.

Em 2010, mulheres de muitos países diferentes incorporaram a luta por desmilitarização em suas ações, e não só aquelas de países em situações de conflito armado aberto. A partir daí, fomos conectando as causas e consequências dos conflitos que se relacionam com os demais campos de ação, como o controle e a exploração dos corpos e do trabalho das mulheres, dos seus territórios e do meio ambiente.

Aprofundar análises e formação política

Enquanto se preparava e executava a Ação Internacional de 2010, as CNs e os Grupos participantes trabalharam activamente com os documentos dos campos de ação, organizando oficinas e chegando a um acordo para as demandas em nível nacional. Ao fazerem isto, reconheceram a importância de realçarem as articulações entre os campos de ação para avançarem com a recuperação do pensamento feminista, das experiências concretas das mulheres, e o contexto actual. Temos que trabalhar continuamente em novas sínteses que expressem a visão da MMM numa forma mais simples e forte.

Para o próximo período, devemos priorizar o exercício de uma metodologia que seja ao mesmo tempo de formação mas também de elaboração, baseada na expressão das experiências concretas das mulheres, investindo portanto na construção numa visão comum que esteja presente não apenas em documentos escritos, mas também em ações e actividades das Coordenações Nacionais.

Temos que manter os nossos debates estratégicos sobre os tópicos acerca dos quais coexistem percepções diferentes dentro da MMM, tais como prostituição, direitos das lésbicas e o aborto. Além disto temos que afirmar os nossos pontos de vista contra-hegemónicos – por exemplo a nossa concepção de violência sexista como um instrumento de controle dos corpos, das vidas e da sexualidade das mulheres – embora nem todos as CN's tenham assumido estes pontos de vista como seus.

Consolidar a MMM como um movimento permanente em nível local, regional e internacional

Uma vez que a Ação Internacional 2010 está finalizada, as Coordenações Nacionais necessitam estabelecer uma dinâmica funcionante permanente e entender a MMM como um movimento permanente - capaz de ter impacto nos contextos locais e nacionais – e não só como um evento que ocorre de cinco em cinco anos (o período entre as ações internacionais).

Para este objectivo se tornar realidade necessitamos aprofundar intercâmbios em nível organizacional e em relação aos conteúdos das nossas lutas entre a MMM de diferentes países, numa escala intercontinental ou inter-regional. Deveríamos também fortalecer redes de intercâmbio em torno a lutas comuns que reúnem diferentes regiões, por exemplo a luta pelos direitos das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) e das(os) migrantes, que está a ser conduzida nos Estados Unidos, na Índia e na África do Sul; ou a articulação entre países que vivem em situação de conflito.

Finalmente, necessitamos construir a Marcha onde ainda não estamos presentes, especialmente em países e comunidades que vivem sob leis Islâmicas, mas também em países economicamente ricos tais com a Rússia e a China.



Formalizar acordos de funcionamento

Dentro da MMM coexistem culturas organizacionais políticas muito diferentes, desde grupos informais a associações mais institucionalizadas. A ideia de ter acordos de funcionamento registrados levanta sempre preocupações: estamos a tornar-nos burocratas de mais ou estamos a criar armadilhas para nós mesmas? Os Estatutos e o Regulamento interno existentes são insuficientes para o momento actual da MMM e necessitamos actualizar as nossas ideias sobre o que é uma Coordenação Nacional, quais as responsabilidades das delegadas nos Encontros Internacionais e qual é o papel do Comité Internacional, entre outras questões. Outro objectivo é organizar o processo de transferir o Secretariado Internacional do Brasil para outro país sem criar lacunas e assegurando que a MMM continue a funcionar como um movimento internacional.

Fortalecer a participação jovem, indígena e imigrante

Reconhecemos que um dos nossos pontos fortes é a diversidade de experiências e culturas políticas entre as activistas da MMM e a nossa capacidade de chegar a acordos. Contudo, reconhecemos ausências importantes dalguns países. Reconhecemos também o desafio permanente de partilhar responsabilidades em nível internacional com mulheres jovens, imigrantes e indígenas e consequentemente desenvolvemos alguns mecanismos para abordar estes desafios. Por exemplo, convidamos pelo menos uma jovem por delegação de cada país para os Encontros Internacionais e tomamos parte em actividades organizadas por mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que as convidamos para participar nas nossas. No entanto, necessitamos avançar não só institucionalmente, mas da forma como incluímos a discussão acerca do racismo / colonialismo nas nossas análises ou como desenvolvemos ações que respondam a questões urgentes vividas pelas mulheres jovens, tais como emprego precário, violência e mercantilização.

Desenvolver a nossa política de alianças em diferentes níveis

Construímos alianças porque não é possível eliminar as causas da pobreza e da violência contra as mulheres sem uma transformação política, económica e social profunda. Necessitamos dum grande movimento de movimentos, que desafie a correlação do poder que sustenta a ordem capitalista, colonialista, patriarcal e racista.

A crise sistémica tem revelado ainda mais a necessidade de criar e / ou manter espaços comuns entre diferentes movimentos sociais que favoreçam análises estratégicas, o desenvolvimento de alternativas e a organização de ações e alternativas comuns. Dada a fragmentação de espaços tais como campanhas, redes e fóruns temáticos, acreditamos cada vez mais na Assembleia de Movimentos Sociais como um espaço prioritário para reflexão e ação comum para movimentos tanto do Norte quanto do Sul geopolítico.

Uma outra prioridade para a MMM é o acompanhamento contínuo do processo do Fórum Social Mundial. Somos parte do Conselho Internacional e das suas comissões, assim como do Grupo de Enlace. Além disso, com o apoio das CNs e de grupos de trabalho regionais,

temos organizado actividades em Fóruns Sociais em nível nacional e regional e no Fórum Social Mundial, que ocorreu no Senegal em janeiro de 2011.

Desde o Fórum de Soberania Alimentar (Nyeleni), estabelecemos uma aliança estreita com a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional acerca desta luta. O princípio da Soberania Alimentar favorece o debate sobre a autonomia das mulheres e sobre problemas comuns que elas enfrentam quotidianamente em distintos países, bem como permite estabelecer ou aprofundar o vínculo entre mulheres urbanas e rurais. Em todos os níveis da nossa relação com a Via Campesina, somos chamadas a nos engajar e os/as apoiar para que sua Campanha para Eliminar a Violência contra as Mulheres rurais se torne realidade.

No nosso evento de encerramento da 3ª Ação Internacional na República Democrática do Congo, os debates foram enriquecidos pela presença e pelas contribuições de delegações de mulheres do Comité para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo, da Confederação Internacional de Sindicatos (CIT - *International Trade Union Confederation - (ITUC)*), e da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e pela Liberdade (*Women's International League for Peace and Freedom - WILPF*). Temos esperança que estas alianças nos ajudarão a aprofundar o nosso trabalho nas áreas que temos em comum.

O facto de que operamos como uma rede de alerta é um outro aspecto cada vez mais importante da nossa política de alianças, dada a criminalização de movimentos sociais através do mundo e as ameaças de golpes de estado. Contudo, ainda enfrentamos o desafio de enraizar esta política de alianças localmente e regionalmente, e de envolver mais activistas da MMM de países e regiões diferentes para um acompanhamento subsequente.

Pensar a comunicação estrategicamente

Dentro da MMM pusemo-nos o desafio de aprofundar a nossa visão de comunicação estratégica (em vez de somente instrumental). Isto inclui o estabelecimento e melhoramento de canais de comunicação internos e externos assim como as nossas relações com a mídia comercial e, especialmente, com a mídia comunitária (boletins, 'websites' de notícias e programas de rádio e de TV produzidos pelas nossas organizações e aliadas/os). Dado o papel da mídia de massa na definição da agenda pública de debate (que questões e como é que elas devem ser discutidas), temos que intensificar a nossa discussão acerca da democratização dos meios de comunicação de massa. Devemos também fortalecer a nossa estratégia para promover a discussão de ideias dentro de diferentes espaços de comunicação. Como parte desta estratégia a MMM activamente toma parte em iniciativas de comunicação compartilhada com outros movimentos (tais como a *Minga Informativa de los Movimientos Sociales* na América Latina).



Coordenação dos materiais para publicação

Wilhelmina Trout

Fotografias

Arquivos do Secretariado Internacional da 1ª Marcha Mundial das Mulheres;
Francesca Volpi; Pierre-Yves Ginet

Concepção gráfica, edição de arte e diagramação

www.themediachilli.co.za

Versão do inglês ao português

Paula Cardoso

Impressão

Finger Print

Publicação

Marcha Mundial das Mulheres - África

Comitê internacional da Marcha Mundial das Mulheres

Emilia Castro

Gladys Alfaro

Jean Enriquez

Michele Spieler

Miriam Nobre (coordenadora do Secretariado Internacional)

Nana Aicha Cissé

Saleha Athar

Tereixa Dacosta

Wilhelmina Trout

Equipe do Secretariado Internacional

Alessandra Ceregatti

Célia Alldridge

Julia Climaco

Miriam Nobre

Apoios ao Secretariado Internacional

Agencia Vasca de Cooperación para el Desarrollo (Gobierno Vasco)

E-CHANGER

Fund for Non Violence

Global Fund for Women

Grassroots International

Organisation Internationale de la Francophonie

Oxfam SAM

Oxfam NOVIB

Contato do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres

Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros

São Paulo – SP – Brasil – Código postal: 05417-080

Tel.: +55 (11) 3032-3243

Fax: +55 (11) 3032-3239

info@marchemondiale.org

<http://www.marchemondiale.org>

Concepção do logo da Marcha Mundial das Mulheres

Rouleau-Paquin

Publicação

Marcha Mundial das Mulheres – África, com apoio da Agència Catalana de Cooperació al Desenvolupament

A Terceira Ação da Marcha Mundial das Mulheres foi amplamente documentada por meio de fotos, textos e audiovisuais. Esses materiais e outros estão disponíveis no site exclusivamente construído para a ação: <http://www.mmm2010.info>

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional de ações feministas que reúne grupos e organizações de base que trabalham para eliminar as causas da pobreza e da violência contra as mulheres. Lutamos contra todas as formas de desigualdade e discriminação vividas pelas mulheres. Nossos valores e ações são voltados para a mudança política e o desenvolvimento económico e social. Estão focados sobre a globalização da solidariedade, da igualdade entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e entre os povos, no respeito e reconhecimento da diversidade entre as mulheres, na multiplicidade de nossas estratégias, no reforço da liderança das mulheres e no fortalecimento de alianças entre as mulheres e outros movimentos sociais progressistas.

Este caderno foi impresso com o apoio de:



Publicação:

Marcha Mundial das Mulheres – África

**Igualmente disponível em francês e inglês*